

## TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

**Marina Maciel Abreu**

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

**Franci Gomes Cardoso**

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

**Carlos Alberto Batista Maciel**

Universidade Federal do Pará, Brasil

**Heloisa Helena Corrêa da Silva**

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

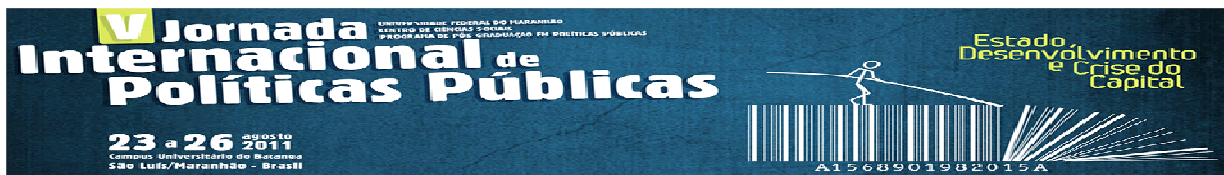
**Lucilene Ferreira Cerqueira Guimarães**

Conselho Regional de Serviço Social-MA, Brasil

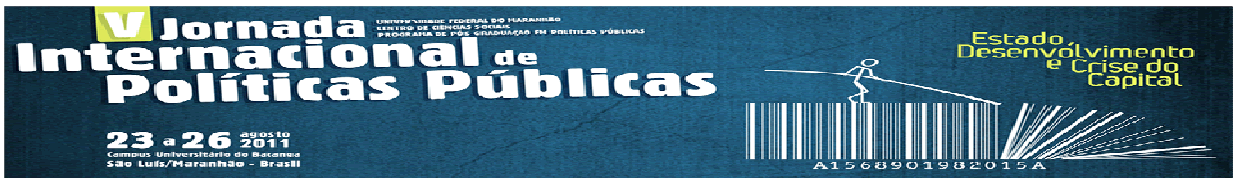
### RESUMO

Aborda o trabalho e a formação profissional em Serviço Social nas transformações contemporâneas na Região Amazônica, com destaque para particularidades no Maranhão, Pará e Amazonas. Demarca-se esta temática, com base nos eixos constitutivos do projeto de cooperação acadêmica (PROCAD/NF), intitulado “OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA: tendências da formação e do mercado de trabalho profissional”, que envolve pesquisadores da UFMA através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) e da UFPA através do Grupo de Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais na Amazônia (GAPSA), e articulações com pesquisadores da UFAM em torno da temática.

O tema específico dessa mesa dá continuidade ao debate coletivo desenvolvido, incluindo mesas coordenadas nas III e IV Jornadas Internacionais de Políticas Públicas, sobre as transformações nas relações entre capital e trabalho e as inflexões no Serviço Social nessa região, a partir dos anos 1990, quando são intensificadas as estratégias de reestruturação produtiva do capital em crise e as reformas neoliberais das políticas sociais a partir da (contra) Reforma do Estado brasileiro. Partimos do pressuposto de que esses processos incidem na questão social e a



reconfiguram em sua constituição e em suas manifestações, alterando de modo substancial o campo interventivo em que se insere o Serviço Social. Tais alterações interferem no complexo profissional em duas dimensões fundamentais: a) em relação às condições da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho profissional; b) em relação à capacidade ético-política e teórico-metodológica dos assistentes sociais de participar de forma crítica e consciente dos processos coletivos de construção de estratégias de enfrentamento da questão social a partir das quais contribuem na demarcação/reafirmção/criação/recriação dos espaços sócio-ocupacionais da prática e formação da cultura e identidade profissional como processos históricos; ao mesmo tempo colocam demandas e desafios para a formação profissional.



## O SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES SUBALTERNAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, SOB O NEOLIBERALISMO

Franci Gomes Cardoso<sup>1</sup>

### RESUMO:

Análise das perspectivas históricas e desafios da organização e luta das classes subalternas para superação de sua condição de sua subalternidade, em particular para o enfrentamento das desigualdades sociais sob o neoliberalismo, e a relação da organização política e luta dessas classes com o Serviço Social. A tese central defendida, quanto à relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas para conquista da hegemonia e superação das desigualdades sociais é a de que: fortalecer os vínculos com as Instituições de organização da luta social que permanecem na resistência contra o capital; e avançar na inserção nos movimentos de rearticulação da organização classista daqueles que vivem do seu próprio trabalho, são grandes desafios nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira e no enfrentamento das desigualdades sociais.

**Palavras-Chave:** Serviço Social, Organização Política, Classes Subalterna, Desigualdades Sociais.

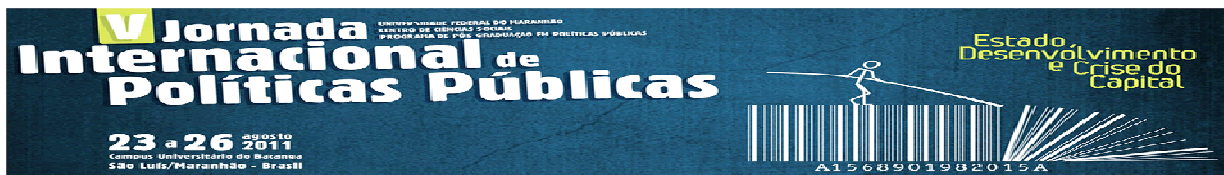
### ABSTRACT

Analysis of historical perspectives and challenges of organization and struggle of the subaltern classes to overcome that condition, in particular to confront social inequalities under neoliberalism, and the relation of political organization and struggle of these classes with the Social Work. The central thesis here defended, concerning the relationship of Social Work with the struggles of the subaltern classes to conquer hegemony and overcome social inequalities is that strengthening links with the institutions of social struggle organization that remain in the resistance against capital and advance in the insertion of re-articulation movements of class organization of those who live from their own work are major challenges in contemporary changes of Brazilian society and in facing social inequalities.

**Keywords:** Social Work, Political Organization, Subaltern Classes, Social Inequalities

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social (UFMA) [farnci@elo.com.br](mailto:farnci@elo.com.br)



## 1. INTRODUÇÃO

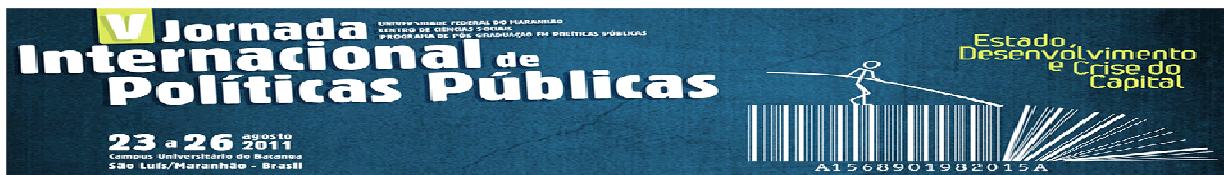
Neste trabalho, resgato alguns resultados das pesquisas “Questão Social e Serviço Social: o trabalho do Assistente Social nas organizações das classes subalternas no Maranhão” desenvolvida no período de março/2008 a fevereiro/2011 e “O Serviço Social e a Organização política da classe trabalhadora: os desafios nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira”, aprovada pelo CNPQ para o período de fevereiro a março/2011, as quais me permitem configurar o Serviço Social e os desafios da organização política das classes subalternas, para o enfrentamento das desigualdades sociais, sob o neoliberalismo, dando destaque a eixos temáticos essenciais para essa configuração.

Há poucos estudos desta temática na área de Serviço Social e, portanto, reduzida literatura produzida e difundida pelos estudiosos dessa área. No XIII Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais, nos 23 trabalhos apresentados na sessão temática sobre os “Movimentos e Lutas Sociais e a Organização política da classe trabalhadora”, é evidenciada a ausência do estabelecimento da relação entre organização política dessa classe com o Serviço Social, dentre os trabalhos apresentados, nesse eixo temático, bem como o nível fundamentalmente informativo e descritivo desses trabalhos.

Esses elementos, dentre outros, me motivaram a resgatar meus estudos sobre a temática da organização das classes subalternas e aglutiná-los nesta produção acadêmica, de modo a contribuir com o debate coletivo, suscitar polêmicas e estimular outros estudiosos interessados no tema, para a atualização e permanente verticalização de estudos sobre processos concretos de organização das classes subalternas e as relações que estabelecem com o Serviço Social, sejam elas pela inserção profissional do Assistente Social como trabalhador engajado nos movimentos e lutas sociais, ou pelo desenvolvimento de processos concretos de trabalho nas organizações dessas classes

O mundo contemporâneo é um mundo com uma multiplicidade de organizações e ações de sujeitos históricos e políticos, cuja unidade se constitui na prática política, construindo projetos coletivos, numa perspectiva de classe. Projetos estes, com possibilidades de enfrentar novas formas de exploração do capital sobre o trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, onde não se aboliu a contradição





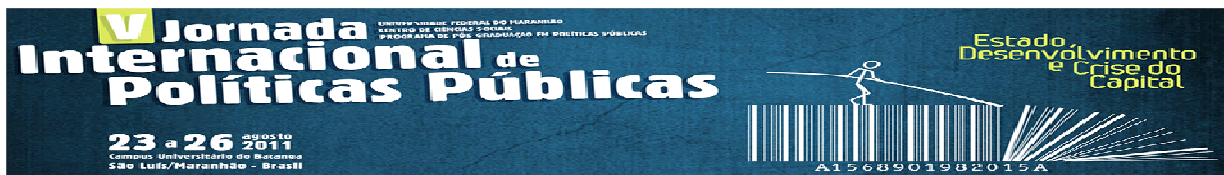
de classe, mas, pelo contrário, onde se verifica uma crescente afirmação das classes e da luta de classes.

A realidade brasileira evidencia de um lado, a força econômica e política da classe dominante – representada, em sua maioria, pelas frações ligadas às empresas – e, de outro, as classes subalternas, que, em seus movimentos e organizações, têm aglutinado: assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário, ou seja, trabalhadores dos setores produtivo e improdutivo; os subempregados e desempregados eventuais; os trabalhadores em potencial, não incorporados ao mercado de trabalho; enfim, todos os segmentos que, não possuindo os meios de produção, estão sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital.

Entre os estudos já realizados sobre a formação das classes sociais há alguns pesquisadores que partem de métodos de interpretação do processo econômico-social brasileiro, segundo os quais o país teria alcançado um estágio da sociedade capitalista, onde se configuram numa divisão dicotômica absoluta, o proletariado e a burguesia. Com esta visão são inseridas, no conjunto do proletariado, amplas camadas com posições diferenciadas, ou mesmo indefinidas, no mundo da produção, descaracterizando, segundo esses pesquisadores, os traços essenciais que definem o proletariado como classe.

Por outro lado, ainda no que se relaciona à questão acima, existem outros estudos que, tendendo a formular o conceito clássico de proletariado, centrado, portanto, apenas nos operários fabris, excluem do conjunto dos trabalhadores todos aqueles ligados ao setor econômico improdutivo. Ou seja, os trabalhadores que não estão ligados diretamente à produção material são excluídos de qualquer análise, como se não existissem no processo histórico.

A respeito dessas questões discordo daqueles que excluem os segmentos desvinculados de uma ação direta na produção, mas entendo que não se pode negar as diferenciações existente entre os próprios trabalhadores, quanto à posição que os diversos segmentos ocupam no mundo do trabalho. Ou seja, os trabalhadores não formam uma classe homogênea tanto no momento objetivo, quanto na subjetivação da objetividade.



Entretanto, a condição de subalternidade do conjunto dos trabalhadores, em face do capital, permite uma nova configuração de classe que reúne segmentos diferenciados, de acordo com a concepção exposta anteriormente.

Entendo que os efeitos práticos provocados pelo modo capitalista de produção não atingem apenas aqueles trabalhadores que estão diretamente no mundo da produção, isto é, os inseridos no processo de produção material, mas atingem, fundamentalmente, aqueles que não possuem os meios de produção, quer estejam incorporados ou não ao mercado de trabalho.

Portanto, se a propriedade privada dos meios de produção, não é a única fonte de dominação, ela é a fonte primeira, a partir da qual emergem as demais fontes de domínio.

A subalternidade desses trabalhadores se expressa, portanto, pela não propriedade dos meios de produção material e cultural e, conseqüentemente, pelos domínios econômico, político e ideológico exercidos pelo capital. Estes são os elementos básicos que caracterizam, do meu ponto de vista, as classes subalternas, como uma das classes fundamentais nas sociedades capitalistas.

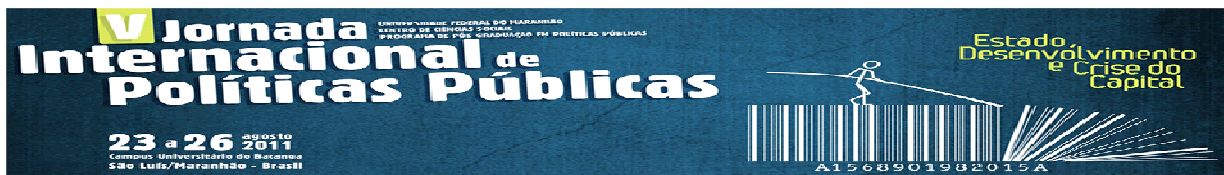
É com esta concepção que, neste texto, destaco essas classes, refletindo sobre suas perspectivas históricas de organização e luta para superação de sua condição de subalternidade, em particular para o enfrentamento das desigualdades sociais, sob o neoliberalismo, e a relação da organização política dessas classes com o Serviço Social.

**2- AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL, SOB O NEOLIBERALISMO:** um grande desafio para o enfrentamento pelas classes subalternas

O capitalismo brasileiro, em conexão com a crise mundial do capital, aprofunda suas contradições, a partir de 1974, mesmo em curtos períodos de crescimento especulativo.

A crise que se inicia nos anos 1970 apresenta, segundo MANDEL (1990, apud MOTA, 2010) particularidades que se diferenciam da dinâmica de outras crises capitalistas. Trata-se de uma

*crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e*



*agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações.*

Nessa mesma linha de raciocínio, MÉSZAROS, (2002, apud MOTA, 2010), caracteriza a crise contemporânea como crise global de alcance mundial, atingindo todas as nações imperialistas do planeta e como uma crise de longa duração e sem saídas a curto ou longo prazo.

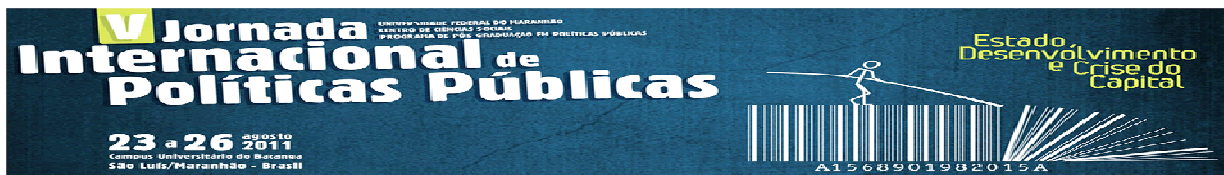
Dado o caráter mundial dessa crise, o qual se imprime pela estrutura mundializada do capitalismo, cuja internacionalização se expressa pela concentração do capital e descentralização da produção com abrangência planetária, ela não pode, segundo MARANHÃO (2004, apud MOTA, 2010), “ser enfrentada setorialmente ou por capitalistas individuais, razão pela qual mobiliza a intervenção do Estado e das organizações financeiras internacionais na tentativa de equacioná-la”.

Nesse processo, a partir dos anos de 1980, o capital busca enfrentar suas próprias contradições por meio de iniciativas que permitam recompor as suas taxas de lucro, ao mesmo tempo em que desenvolvem mecanismos que as legitimem socialmente. Nessa perspectiva, as classes dominantes “necessitam exercitar-se como classe dirigente, implementando seu projeto classista através de uma direção restauradora, criando iniciativas conservadoras sob o influxo das ideias liberais”. (MOTA,2010, p.16).

Nesse projeto, o Estado tem um papel fundamental, favorecendo a produção de superlucros, inovando práticas ideológicas e produtivas, seja nos países centrais ou periféricos, patrocinando transformações nos padrões de acumulação e reprodução. (MOTA,2010).

Na medida em que a crise se aprofunda, os salários dos trabalhadores tendem a baixar e a expropriação das terras dos trabalhadores e dos índios no campo, tendem a aumentar. Pois o capital que explora os trabalhadores na indústria, é o mesmo que expropria e explora os trabalhadores no campo.

No Brasil, a extrema concentração de renda tem sua causa principal na elevada e crescente monopolização da economia brasileira por grupos econômicos de grandes empresas transnacionais que controlam, de forma individual ou associados entre si, a quase totalidade das empresas industriais, financeiras, comerciais, agropecuárias, bem como terras, meios de transporte, comunicação e outros setores essenciais para o bem estar da vida humana.



Assim, a formação e crescimento dos próprios monopólios nacionais se deram associados ao capital internacional, destituídos de autonomia sobre o setor dos meios de produção, em especial o de máquinas avançadas e de componentes eletrônicos sofisticados. Nesse processo, os capitalistas brasileiros tiveram como opção para seu enriquecimento acelerado, uma política de colaboração com seus parceiros internacionais.

Desse modo, a concentração de quase toda a riqueza social nas mãos de um número reduzido de grupos de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, condena a classe trabalhadora a sobreviver com uma parcela insignificante do que produz, numa situação crescente de exploração e miséria.

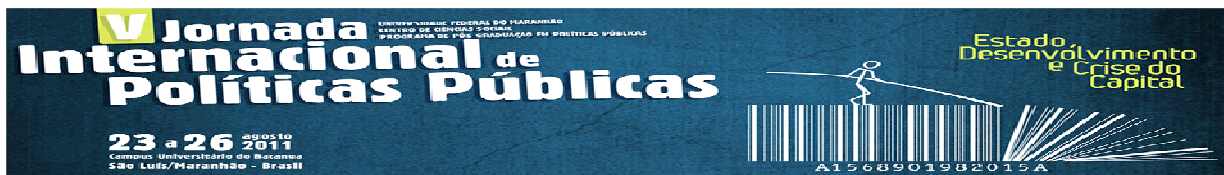
O desenvolvimento desigual do mundo capitalista, ou polarização, permite a expansão de uma riqueza e de uma pobreza simultâneas, em rapidez e extensão.

Em face dessa situação sinteticamente exposta, em que as desigualdades são um desafio permanente, pela sua essencialidade no capitalismo, dá-se o processo de constituição das políticas sociais, mediadas pelo Estado e pela ação das classes sociais organizadas, as quais são determinadas pelas relações de apropriação/distribuição e dominação/subalternização. Têm, portanto, a sua gênese na relação capital/trabalho, exercendo sua função na reprodução da força de trabalho e do próprio capital.

O Brasil, entretanto, apresenta peculiaridades no que tange à relação do Estado, capitais particulares e trabalho,

determinadas pelo processo de industrialização tardia, no qual o Estado assumiu, prioritariamente, a função de investidor e de financiador das condições de reprodução e expansão do capital [...]. Como Estado Capitalista, sua ação na manutenção e reprodução da força de trabalho tem se verificado muito mais no disciplinamento do uso produtivo do trabalho pelo capital (jornada, condições de trabalho, salário, etc.), do que propriamente pela oferta de políticas sociais. (MOTA, 1989, p.131 ).

Em contra partida a essa omissão do Estado, o empresariado patrocina, desde a década de 40, do século XX, salários indiretos ao trabalhador, o que se apresenta como projeto colaboracionista com o Estado. Na realidade, esse patrocínio é feito para obtenção de vantagens financeiras do setor público e para transformação dos salários indiretos num incremento à produtividade. Nessa perspectiva, “o empresariado assegura, ao mesmo tempo, a manutenção do trabalhador, os níveis de produtividade e uma pseudo-autonomia dos fundos públicos” (MOTA, 1989, p.131).



A partir do controle do Estado, pelos capitalistas, o capital privado obtém vantagens financeiras, econômicas e políticas. Nesse particular, pode ser observado, no Brasil, um crescente processo de privatização do Estado, mediante a utilização dos chamados fundos públicos na esfera privada.

A esse respeito MOTA, afirma:

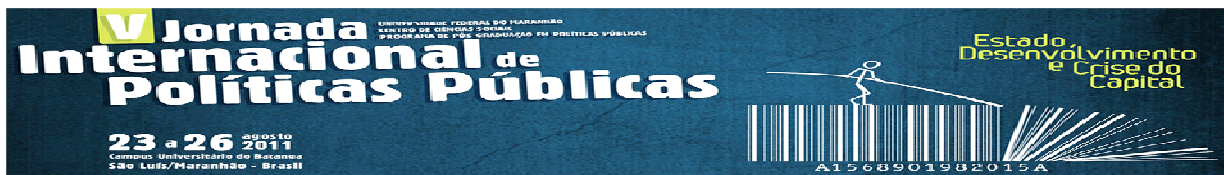
no Brasil ocorre verdadeira inversão da chamada via fiscal para redução das desigualdades. Ao invés de o Estado se apropriar de parte do excedente, via taxação de lucros e da riqueza patrimonial, ele abdica de tal receita para que o empresariado faça a "justiça social. (MOTA, 1989, p. 132)

A mesma autora ressalta, ainda, a não tributação das chamadas despesas operacionais das empresas (incluindo os custos dos programas sociais) que, contabilizados como tais, devem ser repassados para o produto. Assim, o cidadão paga quando não é sujeito da socialização dos lucros, pela via fiscal e quando adquire as mercadorias. (MOTA, 1989).

É importante destacar, que as políticas sociais, enquanto instrumento de reprodução da relação capital/trabalho têm que ser encaradas de acordo com o contexto e o momento histórico em que se situam. Seus mecanismos avançam e recuam no bojo das lutas sociais e das relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais.

Assim, no contexto atual das transformações da sociedade brasileira, podemos evidenciar que no âmbito das políticas públicas de corte social as propostas neoliberais repercutem de forma perversa, excluindo um grande contingente populacional que já é expropriado de toda a riqueza material e intelectual produzida, socialmente, ou seja, sujeitos históricos que não usufruem dessa riqueza - amplos segmentos constituídos pelas classes subalternas - com os quais o Serviço Social tem uma vinculação histórica, seja no campo da reprodução da força de trabalho, via política de Assistência, seja no campo da organização, tendo presente a conexão desses espaços de prática do Assistente Social.

O projeto neoliberal que se expande pelo mundo e, por conseguinte, no Brasil, amplia e aprofunda as desigualdades e a pobreza, ao mesmo tempo em que retira a possibilidade do Estado de investir em políticas sociais que atendam, minimamente, as demandas das classes subalternas, para garantia de sua sobrevivência. Esse projeto



submete as necessidades sociais aos interesses econômicos, cujo objetivo principal é a maximização dos lucros dos empresários privados. (CARDOSO, 1995).

A perspectiva neoliberal de subsunção das necessidades sociais aos interesses econômicos e, portanto, de redução do tamanho do Estado no atendimento a essas necessidades essenciais, se funda na concepção de que não cabe ao Estado a responsabilidade do processo de provisão social e sim à sociedade e à iniciativa empresarial privada.

Ao lado dessa perspectiva e, contraditoriamente, constituem estratégias do projeto neoliberal implementado pelo Estado brasileiro nos anos 1980, até os dias atuais, a defesa dos direitos sociais como direitos universais, na perspectiva de garantir o acesso da população aos bens e serviços públicos.

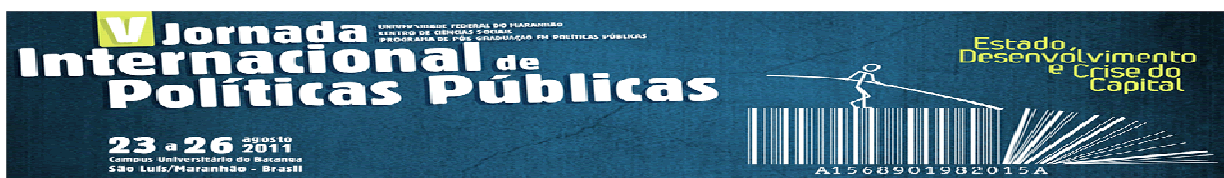
**3- O SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS:** alguns fundamentos históricos conceituais, perspectivas e desafios

A partir dos anos 1990 vivencia-se um processo de redefinição do Serviço Social vinculado às lutas das classes subalternas, que se intensificou em todo país, na segunda metade da década de 1970, com significativo avanço nos anos 1980. O avanço dos anos 1980 expressou-se, dentre outras formas, pela atuação profissional em espaços de formação e organização políticas dos trabalhadores: sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais urbanos e rurais entre outros. Nesses espaços e nessas décadas (1970 e 1980) a perspectiva do trabalho profissional do Assistente Social era de mobilização social e organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe, na construção de novas relações hegemônicas na sociedade, superando a sua condição de dominação político-ideológica e econômica.

Tal perspectiva se traduziu pela vinculação do projeto ético-político-profissional a uma determinada perspectiva societária, cuja construção exige o fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas. Trata-se da perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a emancipação humana.

A tendência atual, a partir de 1990, sobretudo em instituições que operam as políticas sociais, é o redirecionamento da perspectiva de mobilização social e





organização, no horizonte da emancipação humana, para o horizonte da subalternidade, buscando a legitimação, pelas classes subalternas do atual padrão da política social, sob a égide do neoliberalismo. Este padrão privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as responsabilidades do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito; e investe na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas pela intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo precariamente, necessidades prementes das classes subalternas.

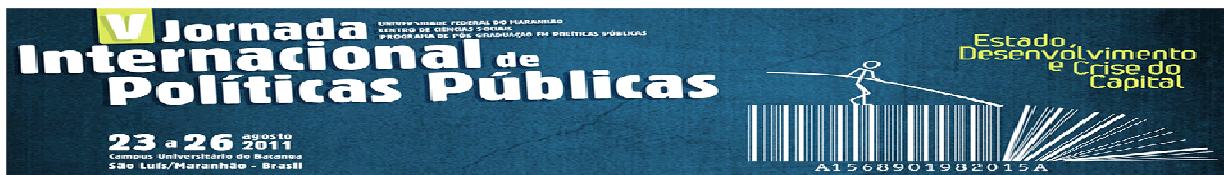
É importante ressaltar, nesse contexto de hegemonia do neoliberalismo, o caráter contraditório da atuação profissional do Assistente Social, cuja história é um processo orgânico da história da sociedade em que se insere a profissão sendo, portanto, determinada pelas contradições inerentes a esta sociedade. Neste sentido, destacam-se as implicações econômicas políticas e sociais decorrentes do avanço do capitalismo no mundo e, em contraposição, a luta das classes subalternas norteadas pelos ideais emancipatórios da sociedade, que repõem a participação como estratégia da politização das relações sociais e de intervenção crítica dessa classe no movimento histórico, nos espaços de produção e reprodução social (ABREU, 2002).

Esta é a perspectiva de diferentes organizações das classes subalternas, em particular o movimento dos trabalhadores sem terra (MST) enquanto um espaço de organização e lutas políticas, o qual representa um dos mais importantes movimentos sociais e políticos do Brasil atual, fazendo renascer e ressurgir a luta dos trabalhadores no campo e convertendo-o no centro da luta política e da luta de classes no país.

No bojo do movimento contraditório da sociedade e mesmo nos espaços de formação e de organização política das classes subalternas, há projetos profissionais e projetos societários diferenciados disputando a hegemonia. Quais são esses projetos, como se dá essa disputa, quais as tendências da inserção do Assistente Social nesses espaços e quais os desafios postos ao Serviço Social e à classe trabalhadora no contexto dessa disputa?

Nas instâncias de organização das classes subalternas, o trabalho dos assistentes sociais tende a assumir duas grandes perspectivas teórico-políticas que perpassam os projetos profissionais e os projetos societários em disputa na sociedade brasileira, na atualidade: 1) a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo





como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas; 2) a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a dominação dessas classes.

Com essas perspectivas, os projetos profissionais e os projetos societários se desenvolvem pela ação dos sujeitos das profissões e das classes sociais, disputando a hegemonia nos espaços de organização das classes subalternas, em particular, e no movimento social, na sociedade brasileira. Torna-se hegemônica uma ou outra perspectiva, conforme vínculos dos projetos profissionais com os projetos societários de emancipação humana ou de manutenção da ordem capitalista; e conforme a correlação de forças na disputa da hegemonia na sociedade.

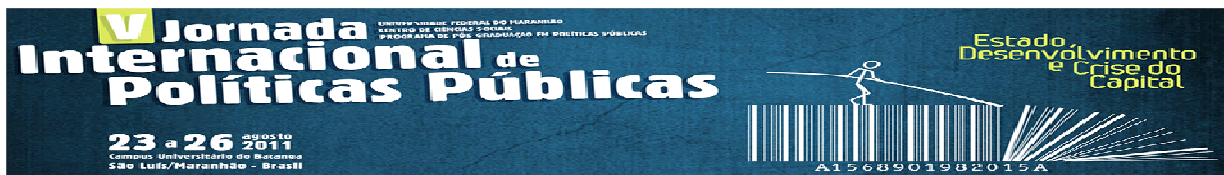
A questão da hegemonia é central, entre as preocupações de GRAMSCI (1978), em relação às possibilidades das classes subalternas se tornarem protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria. Nessa perspectiva, a hegemonia se refere à capacidade de uma dessas classes que aspire a dirigir o conjunto da sociedade em trabalhar os interesses do conjunto dos setores subalternos, em termos de um projeto universal que contemple a organização e a participação relacionada à política como dimensão pedagógica.

Essa noção de hegemonia tem um cunho cultural que não opera apenas no âmbito intelectual, mas informa toda cotidianidade dos sujeitos. Desse modo, participar de forma organizada da política, numa perspectiva pedagógica, é manifestar capacidade de intervir no processo de transformação social e política de modo consciente.

Para GRAMSCI (1978), a hegemonia tem uma função eminentemente pedagógica, enquanto processo de constituição ideológica das classes subalternas que se realiza tanto para afirmar a direção dessas classes, quanto para superar a sua condição de subalternidade, construindo uma nova ordem social.

GRAMSCI concebe a constituição da ideologia das classes subalternas como uma condição essencial para a conquista da hegemonia das classes, na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias. Este rompimento não se efetiva independentemente das transformações econômicas, mas não há, por outro lado, uma dependência absoluta dessas.

A ideologia tem, portanto, um peso decisivo na organização da vida social, pois se realiza concreta e historicamente, resultando do movimento da estrutura social.



Para GRAMSCI (1978) essa manifestação da ideologia, enquanto concepção de mundo, objetiva-se em graus diversificados, que ele procura demonstrar em suas reflexões sobre o processo de elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente.

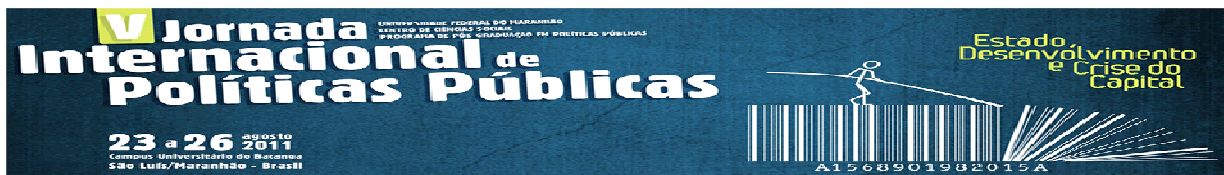
Segundo GRAMSCI (1978), a criação de uma nova cultura significa, além de todo um processo crítico e de descobertas originais, a difusão e socialização de verdades já desvendadas, para torná-las a base do agir das classes subalternas.

Para GRAMSCI (1978), o proletariado pode, na perspectiva da revolução, tornar-se classe dirigente e dominante, na medida em que consegue criar um sistema de aliança de classes (operários e camponeses), que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado Burguês, a maioria da população trabalhadora - o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classes existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. Mas, para isso, ou seja, para se constituir como classe hegemônica, GRAMSCI insiste em que o proletariado abandone modos de pensar corporativistas e supere interesses imediatistas e particularistas. Pois, a partir dessa superação, vai se desenvolvendo o processo de formação de uma consciência - a consciência de classe - que se manifesta na prática política.

Em GRAMSCI, a apreensão do grau de autoconsciência, do grau de homogeneidade e organização alcançados pelos vários grupos sociais se dá na análise de correlação de forças especificamente políticas, onde os elementos subjetivos desempenham um papel determinante. GRAMSCI (1978) distingue três momentos ou graus de relação de forças nas análises histórico-políticas, que, fundamentalmente, são os seguintes:

o primeiro é a relação de forças ligada à estrutura objetiva, independentemente da vontade dos homens; o segundo é a relação das forças políticas, onde é apreendida a formação da consciência e organização dos grupos sociais; o terceiro, é o da relação das forças militares, onde se distinguem dois graus: o militar, num sentido estrito ou técnico-militar e o político militar.

O processo de formação de consciência se desenvolve, segundo GRAMSCI, no segundo momento que ele entende como mediação do desenvolvimento histórico em sua oscilação contínua entre o primeiro e o terceiro momentos.



Para GRAMSCI, esse segundo momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva de acordo com as formas de manifestação na história.

O primeiro grau, que é o mais elementar, é denominado de econômico-corporativo, havendo uma unidade entre um determinado grupo profissional, mas não ainda uma unidade do grupo social mais amplo.

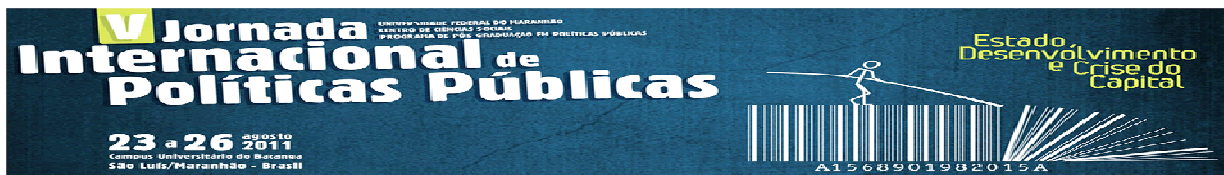
O segundo grau corresponde ao momento em que se adquire a consciência da solidariedade de interesse entre os membros do grupo social, mas ainda no terreno meramente econômico. A questão do Estado já se coloca, mas apenas no sentido de uma igualdade política com os grupos dominantes, através da participação da legislação e da administração numa perspectiva de reformá-las ou aperfeiçoá-las dentro da ordem vigente.

O terceiro grau, momento propriamente político, evidencia a passagem da estrutura para esfera das superestruturas complexas. Nesse momento, adquire-se a consciência de que os próprios interesses corporativos superam o círculo corporativo do grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.

Essa passagem da estrutura para superestrutura, que se efetiva no terceiro momento da consciência política coletiva, é denominada por GRAMSCI de catarse.

Pode-se empregar a expressão catarse, para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. (GRAMSCI, 1978, p.53).

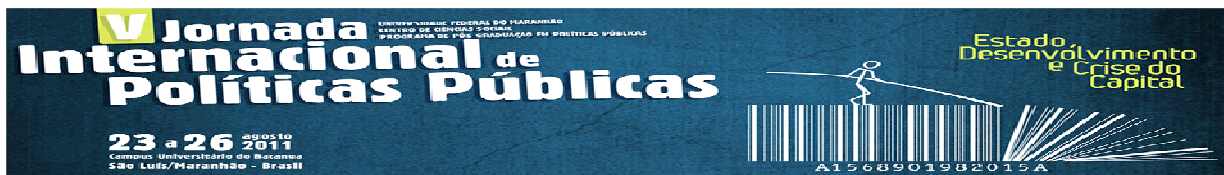
Com base nos fundamentos históricos e conceituais aqui explicitados, ressaltamos como grandes desafios para o Serviço Social nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira: o fortalecimento dos vínculos com as Instituições de organização da luta social, que permanecem na resistência contra o capital; e avançar na inserção nos movimentos de rearticulação da organização classista dos trabalhadores.



#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

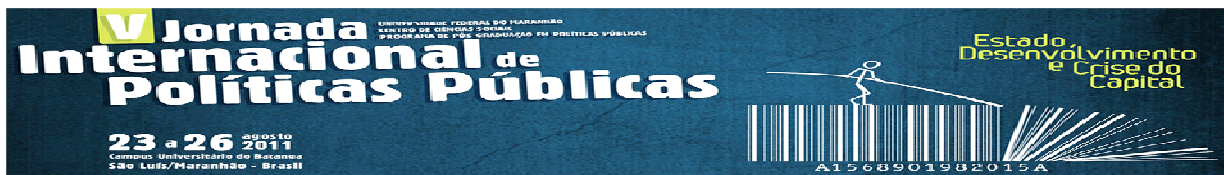
As transformações ocorridas no mundo, no final do século XX e início do século XXI, têm colocado grandes desafios aos estudiosos do processo histórico de desenvolvimento da sociedade, bem como às forças sociais progressistas e de esquerda em luta. É um processo mundial que apresenta particularidades nos estados nacionais que expressam a situação de cada um num contexto global em que se situam. A compreensão dessa particularidade do Brasil, no contexto dos países periféricos e, na contemporaneidade, considerado um dos chamados “emergentes”, é de fundamental importância na perspectiva de: recuperar historicamente esses desafios até a atualidade; contribuir teórica e politicamente com pesquisas históricas e publicações sobre a organização de classe trabalhadora e a relação com o Serviço Social, com destaque aos desafios para o enfrentamento das desigualdades sociais, sob o neoliberalismo; e subsidiar o debate crítico em torno da temática em estudo, e as práticas sociais para o enfrentamento aos desafios mais gerais das classes subalternas na contemporaneidade.

A complexidade das questões anteriormente referidas constitui, sem dúvida, um grande desafio para os intelectuais comprometidos com a organização da luta pela conquista de direitos e para superação das desigualdades sociais, na perspectiva da emancipação das classes subalternas e de toda a humanidade, em particular para os Assistentes Sociais que, historicamente, têm participado na implementação de políticas públicas de corte social, o que está a exigir um repensar sistemático da profissão, tanto no que tange ao exercício profissional quanto à formação, com destaque às exigências de estudos e pesquisas históricas que aprofundem e atualizem o conhecimento das reais condições de vida e de trabalho a que são submetidas as classes subalternas, nos processos de transformação e desenvolvimento do capitalismo no mundo e no Brasil, bem como à necessidade de inserção efetiva em processos de organização e formação de consciência de classe, elementos necessários, embora não suficientes, na luta pela conquista da hegemonia dessas classes (CARDOSO, 1995), para sua emancipação e de toda a humanidade.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002
- CARDOSO, Franci Gomes. **Políticas Públicas e neoliberalismo**. Artigo publicado no Jornal O Debate, São Luís/Ma junho/1995
- \_\_\_\_\_. **Organização das Classes Subalternas: Um desafio para o Serviço Social**. São Paulo, Cortez Editora EDUFMA, 1995
- \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- MOTA, Ana Elizabete. **Redução da pobreza e aumento da desigualdade social: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro**. In As Ideologias da contrarreforma e o Serviço Social. Editor Universitária UFPE, Recife, 2010
- \_\_\_\_\_. **Articulação entre empresas e Estado**. In Serviço Social e Sociedade, ano X. Cortez Editora São Paulo, 1989
- OLIVEIRA, Francisco de. **O Surgimento do anti-valor – capital, força de trabalho e Fundo Público**. Novos Estudos nº 22- Outubro/1988



## A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ

Carlos Alberto Batista Maciel<sup>2</sup>

Cristiane Freitas da Silva<sup>3</sup>

Tatiane da Silva Pereira<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este texto argumenta sobre a precarização do trabalho e seus impactos sobre a profissão de Serviço Social. Particularmente, apresenta uma configuração geral do mercado de trabalho do Assistente Social no Estado do Pará, destacando suas áreas de atuação deste profissional.

**Palavras-chave:** Trabalho; Precarização do Trabalho; Serviço Social

**ABSTRACT:** This paper argues for the precariousness of work and its impact on the profession of social work. In particular, presents a general configuration of the labor market of the Social Worker in the State of Pará, highlighting their areas of expertise of this professional.

**Keywords:** Work; Precariousness of Work; Social Work.

### 1- INTRODUÇÃO

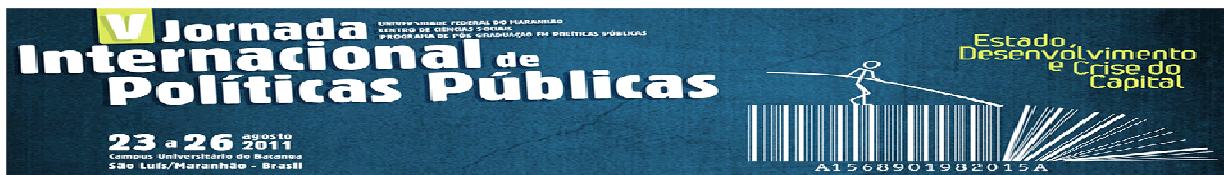
Este artigo foi elaborado com base nos dados coletados no desenvolvimento do projeto de pesquisa “Os Impactos das Transformações Contemporâneas sobre o Serviço Social na Região Amazônica Brasileira: tendências da formação e do mercado de trabalho profissional”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Esta proposta de pesquisa tem como objetivo o aprofundamento dos estudos e da análise dos processos de transformações contemporâneas do mundo do Trabalho e seus impactos sobre o Serviço Social, em particular sobre a realidade da Amazônia.

<sup>2</sup> Doutor. Universidade Federal do Pará - [camaciel@globo.com](mailto:camaciel@globo.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Pará - [cris.ssocial08@gmail.com](mailto:cris.ssocial08@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Pará - [tatiiane\\_ssocial@hotmail.com](mailto:tatiiane_ssocial@hotmail.com)





Este Projeto de Pesquisa divide-se em dois Planos de Trabalho: “A Formação do Profissional de Serviço Social na Região Amazônica Brasileira frente às Transformações Contemporâneas: o caso do Estado do Pará” e “O Mercado de Trabalho Profissional de Serviço Social na Região Amazônica Brasileira frente às Transformações Contemporâneas: o caso do Estado do Pará”.

Nesta abordagem, em função das limitações de espaço, focaremos nossas atenções principalmente para o segundo eixo, com o objetivo de “Identificar as tendências do mercado de trabalho do Assistente Social no Estado do Pará”.

## **2- O MUNDO DO TRABALHO: CRISES E MUDANÇAS**

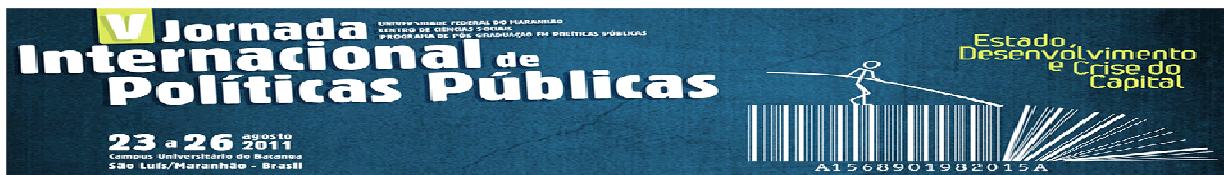
De fato, o trabalho “[...] só começa quando uma determinada atividade altera os materiais naturais, modificando sua forma original” (COGGIOLA, 2002, p. 182). O trabalho como condição de existência do homem em todas as formas de sociedade é objetivação constitutiva do ser social. Nas palavras de Marx (1988, p. 142),

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao seu próprio domínio.

O trabalho assim concebido – ação deliberada sobre o meio, caracterizada e dirigida pela inteligência e pela capacidade de abstração e formulação de conceitos – nada tem a ver com as atividades que realizam outros animais, como as abelhas ou as formigas. O homem, ao atuar “sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (idem, p. 149).

Na sociedade capitalista a força de trabalho é convertida em mercadoria e passa a ser comprada “legitimamente” por meio do salário, criando-se uma relação indissociável entre capital e trabalho assalariado. “O capital pressupõe, portanto, o trabalho





assalariado, o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é condição do outro; eles se criam mutuamente”. (idem, p. 50).

Assim, o término do século XX e o início do século XXI são marcados por uma profunda transformação no processo de trabalho. “Foram tão intensas as modificações nos processos de produção [...] que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século” (ANTUNES, 2003, p. 15). A III Revolução Industrial é alicerçada pela transição dos modelos de produção Taylorista e Fordista ao Toyotismo.

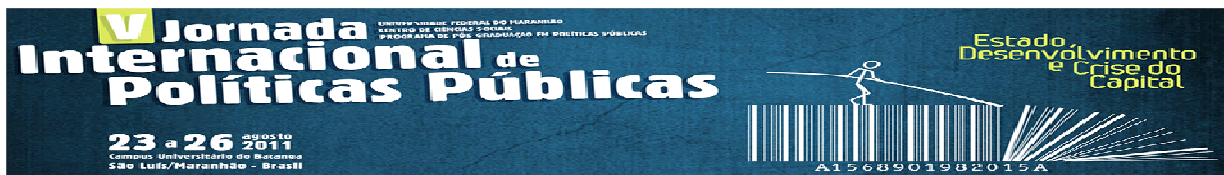
Essa transição ao *Toyotismo* também é expressa pela passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas autoreguladas, em que “a máquina se vigia e se regula a si mesma” (IANNI, 1999, p. 18). De fato o trabalho morto substitui grandemente o trabalho vivo. O trabalho adquire uma nova configuração sob o formato de trabalho precarizado, informal, temporário, proletário, do setor de serviços, rural (ANTUNES, 2003), entre outros.

A reestruturação do trabalho se tornou então, o centro do tratamento dado ao trabalho atualmente, como resposta a essa crise. Assim esse processo de (re) organização do capital se fez explicitar pela externalização, precarização, terceirização, fragmentação e flexibilização do trabalho.

A reestruturação do capital trouxe consigo mudanças qualitativas e quantitativas na vida dos trabalhadores, pois os mesmos se tornaram ainda mais inseguros em relação ao mercado de trabalho, ao emprego, à geração de renda, às formas de contratação e à representação dos trabalhadores (MATTOSO, 1995). As mutações no mundo do trabalho criaram uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, entre qualificados e desqualificados, mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes, etc. (ANTUNES, 2003).

### **3- O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ**

Em meio as transformações societárias da contemporaneidade, a questão social se complexifica, e contraditoriamente ao processo de diminuição geral dos postos de trabalho, a requisição do profissional de serviço social se torna mais presente. Não



obstante, a incorporação deste trabalhador especializado ocorre também sob a égide da precarização do trabalho.

Os Assistentes Sociais estes não dispõem de um piso regulamentado por Lei Federal que assegure uma faixa básica de salários. Isto faz com que as diferenças salariais se acentuem de município para município chegando a realidades locais em que o piso salarial chega a menos de 1,5 salário mínimo. Apesar de não existir um piso salarial, a categoria dispõe de uma resolução do CFESS nº 418/01, que institui a Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social, no Brasil, fixa a hora técnica em R\$ 45,00. No entanto, esta tabela profissional é pouco utilizada pela categoria enquanto proteção e valorização de sua atividade profissional.

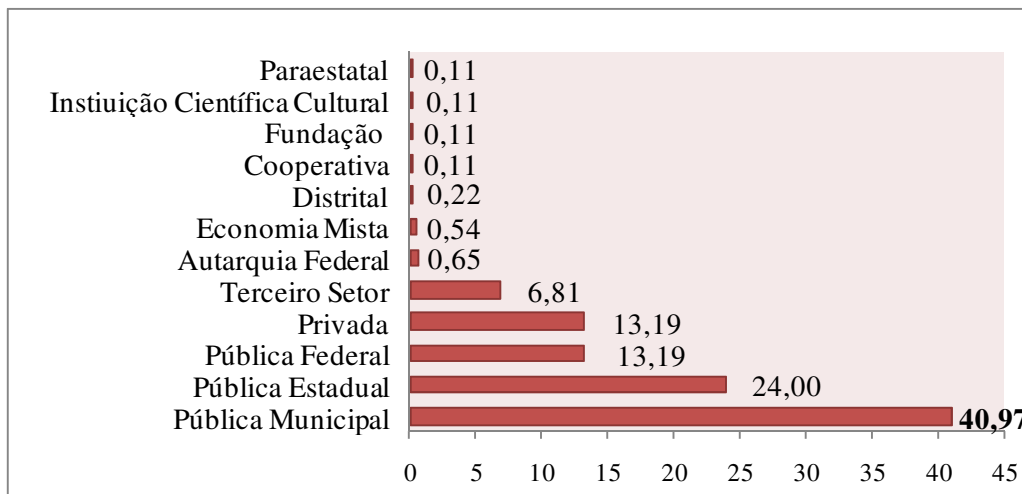
Esse profissional atua em vários campos, seja nas políticas sociais, na saúde, na educação, na habitação, na previdência social, na assistência social, na ecologia, no trabalho e renda, na infância, entre outros.

De acordo com os dados do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), o mercado de trabalho para Assistentes Sociais está sendo gradativamente ampliado nos últimos cinco anos no Brasil, enquanto reflexo direto da evolução das políticas públicas, como, por exemplo, a instalação, a partir de 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), municipalizou as ações em cada área.

O impacto do SUAS no mercado de trabalho ocorre com a criação de postos de atendimentos municipais. Desde 2005 até 2009, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que coordena os trabalhos, foram criados 5.142 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros 1.434 Centros de Referência Especializados. Cada um deles emprega ao menos dois assistentes sociais.

O levantamento realizado em 2005 pelo CFESS confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública estatal, sendo que a nível nacional 78,16% dos registrados no Conselho atuam nessa esfera. Ver gráfico a seguir.

**Gráfico 1- Natureza da instituição do principal vínculo empregatício do Assistente Social**



Fonte: CFESS,2005.

O gráfico mostra ainda que 40,97% dos Assistentes Sociais estão atuando em instituições públicas municipais, quase o dobro dos que atuam nas públicas estaduais, que totaliza 24%. As instituições públicas federais ocupam a terceira posição com 13,19%, reafirmando que a descentralização das políticas sociais no Brasil tem transferido a sua execução da esfera federal para a municipal, a partir dos anos 1990. Isso rebate na esfera de prestação direta de serviços sociais públicos, assumidos, então, pelas instituições públicas municipais.

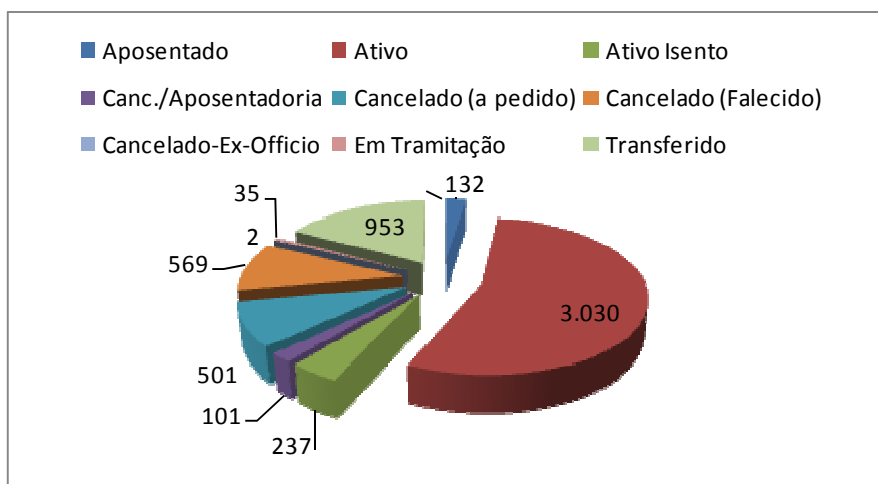
Outro dado importante apontado pela pesquisa indica que somente na região Norte não ocorre a predominância das instituições públicas municipais no mercado de trabalho do Serviço Social, onde o maior percentual é das públicas estaduais, correspondendo a 47,27%. Este resultado pode expressar um processo ainda incipiente de descentralização para a esfera municipal, diferentemente das outras regiões.

Um dado importante a ser mencionado é que em prefeituras dos municípios de pequeno porte, a maioria dos contratos é de 20 horas, e em cidades maiores são de 40/44 horas para os Assistentes Sociais. Tem-se percebido que esse fato está diretamente relacionado com a faixa salarial, as menores cargas horárias com os menores salários principalmente no interior do Estado, porém as atividades desenvolvidas e a demanda para o profissional, não são menores.

Geralmente os salários pagos pelos municípios são baixos, principalmente para a carga horária de 20h, e isso faz com que muitos profissionais, trabalhem em dois locais, para aumentar seu rendimento, esse é outro aspecto que compõe a precarização das condições de trabalho dos mesmos.

Em relação a realidade dos Assistentes Sociais registrados no CRESS 1ª REGIÃO a área de atuação de cada um pode ser identificada no Gráfico 2.

**Gráfico 2: Condição dos Assistentes Sociais perante o CRESS 1ª REGIÃO**



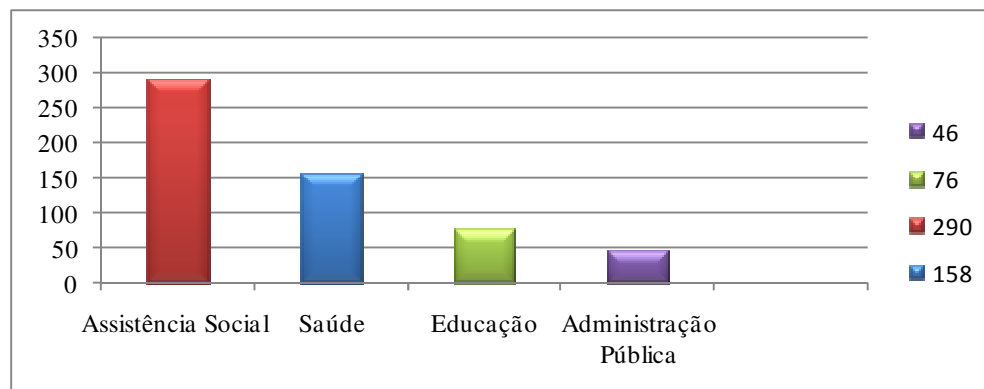
Fonte: Pesquisa Empírica junto ao CRESS 1ª Região, 2010

**Total: 5.560**

Segundo o quadro geral de Assistentes Sociais existentes no Pará registrados no CRESS 1ª REGIÃO existem um total de **4.809** Assistentes Sociais distribuídos em todo o Estado. Estão distribuídos nas áreas de Assistência Social, educação, saúde, comércio, infância e adolescência, política pública, previdência, agricultura, recursos humanos, justiça e outros.

A área que mais contrata Assistentes Sociais no Pará é a área de Assistência Social, e a segunda área que mais emprega estes profissionais no Estado é a área de Saúde, seguido da área de Educação, como podemos observar no gráfico abaixo:

**Gráfico 3: Principais áreas de atuação dos assistentes Sociais no estado do Pará**



Fonte: Pesquisa Empírica junto ao CRESS 1ª Região, 2010<sup>5</sup>.

É grande o quadro de profissionais desempregados, o que gera preocupações, além das condições de trabalho e remuneração dos mesmos estarem longe de ser as mais adequadas, enquadrando-se em toda a discussão que fomentamos na pesquisa, da precarização do trabalho.

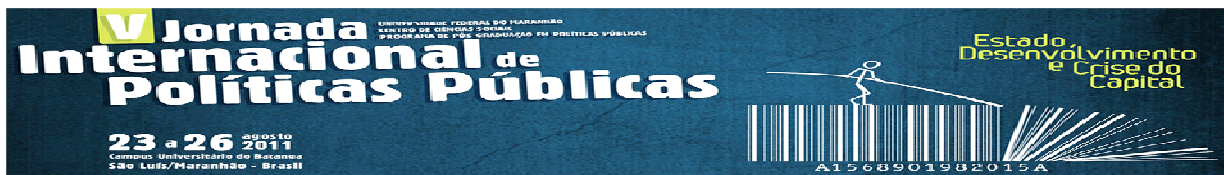
Dessa forma, compreendemos que um dos principais desafios para o Assistente Social nessa nova configuração da realidade consiste em apresentar-se como uma profissão qualificada para contribuir com respostas a estas questões emergentes, mas que ao mesmo tempo, não perca o seu caráter propositivo, a sua visão crítica no sentido de romper com o imediatismo estabelecendo ações consistentes com base em princípios éticos que tenham como perspectiva a promoção da cidadania.

#### 4- CONCLUSÃO

Diante do quadro aqui apresentado, é possível inferir que o profissional de Serviço Social enquanto trabalhador enfrenta cotidianamente os dilemas da flexibilização do trabalho, mesmo que, em dadas realidades, a categoria profissional encontre-se em evidente expansão no mercado de trabalho brasileiro.

O Assistente Social embora tenha alcançado significativas conquistas e maior legitimidade em seus processos de inserção profissional, ainda tem muito a avançar, principalmente, no que tange ao seu reconhecimento em termos salariais e as condições

<sup>5</sup> De um total de 4.809 profissionais registrados no CRESS 1ª Região, apenas 819 especificaram suas áreas de atuação

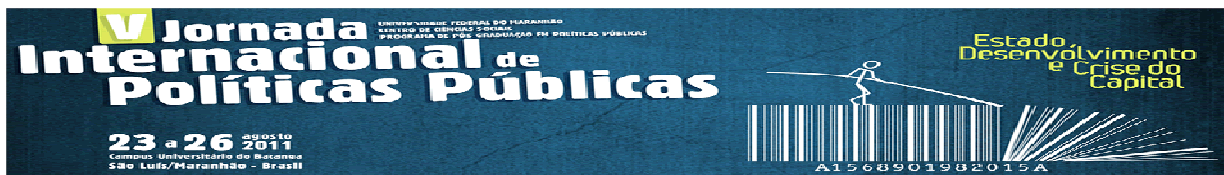


de trabalho dignas. Isso é fundamental para a valorização do Assistente Social como assalariado e trabalhador, e para um exercício profissional mais comprometido, sério e competente.

Mas, também, é importante que o profissional, invista, cada vez mais, em sua formação intelectual e cultural, para ser um profissional mais propositivo e investigativo, capaz de intervir para transformar a realidade, tanto a sua enquanto trabalhador, quanto a de milhares de pessoas com as quais mantêm relações profissionais.

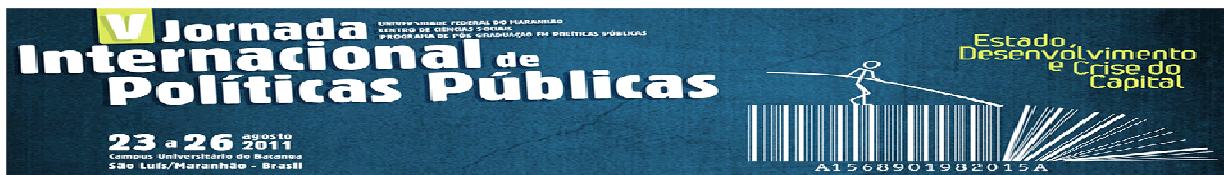
## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRITES, C. e SALES, M. **Ética e Práxis Profissional**. Brasília; CFESS, 2000.
- CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho & autonomia**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000
- CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) (org.). **Assistentes sociais no Brasil. Elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.
- COGGIOLA, Osvaldo. **O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã; Edições Pulsar, 2002.
- DEPARTAMENTO Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas (dez. 2008). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. In. Revista Temporalis. n. 03 Jan-Jun. 2001. Brasília.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 4.ed. SP, Cortez, 2007.
- IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. (Os economistas) 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MATTOSO, Jorge. A desestruturação da democracia. In: Diplô Brasil: Caderno de Debates do *Lê Monde Diplomatique*. Edição brasileira - especial nº 1: **Globalização e mundo do trabalho**, set. 2000.
- MOTA, Ana Elizabeth (org). **A Nova Fábrica de Consensos**. SP, Ed. Cortez, 1998.)



- MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed. – SP, Cortez, 2005.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10ª ed. - São Paulo/SP: Cortez, 2007.
- SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. (Coleção questões da nossa época; v. 132). São Paulo: Cortez, 2007.





## O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS

Marina Maciel Abreu<sup>6</sup>

Lucilene Ferreira Cerqueira Guimarães<sup>7</sup>

### RESUMO

Discutimos a expansão do trabalho profissional na área da assistência social a partir do SUAS, com indicações sobre a particularidade no Maranhão. Partimos do pressuposto de que a assistência é fortalecida como política no enfrentamento das desigualdades e controle da pobreza, nos marcos das reformas neoliberais no país desde os anos 1990, e constitui principal espaço de atuação dos assistentes sociais no mercado de trabalho. Apontamos contradições e desafios profissionais frente ao revigoramento do assistencialismo e da filantropia como padrão assistencial predominante no país a despeito das conquistas constitucionais de 1988 em que a assistência é inscrita como direito e política no âmbito do sistema seguridade social.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social, Trabalho Profissional, Maranhão.

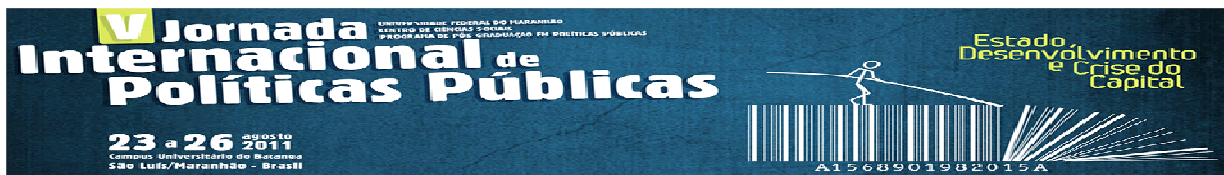
### ABSTRACT

We discuss the expansion of professional work in the area of social assistance from SUAS (Sistema Único de Assistência Social) perspective, with indications about the peculiarity of the State of Maranhão. We assume that the assistance has been strengthened as a policy when facing inequalities and poverty control within the framework of neoliberal reforms in the country since the 1990s and is the main performance field of social workers in the labor market. We point out contradictions and challenges facing the professional assistance and the strengthening of philanthropy as the standard of assistance prevailing in the country despite the constitutional achievements of 1988 in which the assistance is entered as law and policy within the social security system.

**Keywords:** Social Work, Social Assistance; SUAS (Sistema Único de Assistência Social); Professional Work; Maranhão.

<sup>6</sup> Doutora em Serviço Social (UFMA)maciel.m@uol.com.br

<sup>7</sup> Mestranda em Políticas Públicas (UFMA)



## 1- INTRODUÇÃO

Neste texto discutimos a inserção do Serviço Social na área da Assistência Social como parte das reflexões desenvolvidas no âmbito da pesquisa “Tendências da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho e a questão da identidade profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo - 1990/2010”, em andamento desde 2008, no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), integrante do Departamento de Serviço Social e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

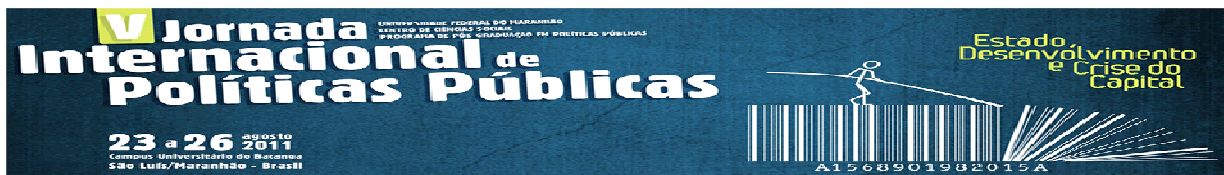
Consideramos com base nos fundamentos norteadores do projeto de pesquisa (GSERMS,2010) que a inserção das assistentes sociais no mercado de trabalho, nas diferentes área,

foi reconfigurada sob o impacto das transformações ocorridas no Brasil com a implantação e consolidação do neoliberalismo na década de 1990, no contexto da reestruturação das relações entre capital e trabalho, desencadeada pelo capital, desde o final da década de 1970. Tais transformações produzem profundo impacto nas práticas sociais em geral das quais destacamos aqui o campo específico das práticas profissionais<sup>8</sup> e, em particular aquelas vinculadas às políticas sociais. Com o neoliberalismo estas políticas foram redefinidas em todo o mundo, mediante a (re)configuração do Estado para responder as exigências do capital em crise, impondo um claro retrocesso em relação à tendência constituída nos anos 30 do século passado quando foi instituído, nos países centrais do capitalismo, o Estado de Bem Estar no âmbito do modelo fordista-taylorista das relações de produção. (GSERMS, 2010)

Assim, a assistência social que, de acordo com o art. 194 da Constituição Federal de 1988, passa a constituir com a saúde e a previdência o sistema de Seguridade Social brasileiro, paradoxalmente é fortalecida, no processo da Reforma do Estado nos anos 1990, como principal estratégia de enfrentamento das desigualdades e controle da pobreza e, com base na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) e, agora, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) amplia o espaço do exercício

---

<sup>8</sup>A referência de análise do Serviço Social como prática profissional é a categoria da práxis, conforme pensada por Marx e Engels (2007), Gramsci (2000) e Lukács (1981). Com intervenção, fundamentalmente em nível da superestrutura, em especial a partir do Estado, os profissionais de Serviço Social são chamados a desenvolver, quase sempre com outros profissionais, funções técnico-pedagógicas através das quais implementam políticas e participam de estratégias de disseminação de ideologias no processo de formação de cultura (ABREU, 2002).



profissional do assistente social, mediante elevação da demanda para atuação desse profissional em todos os níveis de gestão da atual política de assistência social. Essa ampliação do espaço do trabalho profissional avança, principalmente nos municípios através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por força da NOB-RH-SUAS/2006 que estabelece a inserção do assistente social na composição das equipes de referência<sup>9</sup> para o trabalho “na organização e ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial.” (BRASIL, 2006,p.23).

Ressaltamos que o atual arcabouço legal e institucional da assistência como política pública não contributiva,

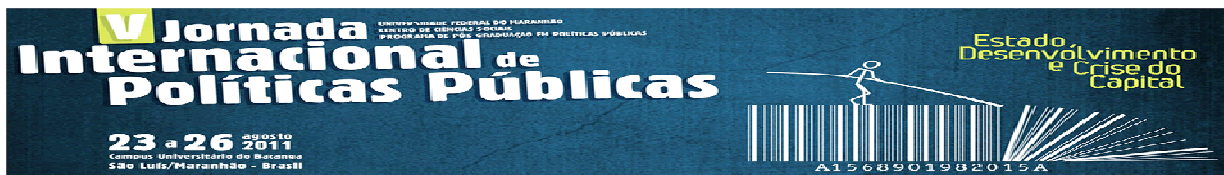
embora traduza reivindicações da classe trabalhadora, incorporadas na Constituição Federal de 1988 como direito, quanto à garantia do acesso a bens e serviços necessários à subsistência de grande contingente dessa classe - desempregados e mesmo muitos empregados cujos rendimentos não são suficientes para cobrir as necessidades mínimas de sua subsistência e de sua família - e apresente avanços no reordenamento das ações assistenciais; responde, ao mesmo tempo, à necessidade histórica do capital de atualização e legitimação do seu sistema de controle sobre o trabalhador e de recomposição das bases político-culturais de legitimação de sua hegemonia (ABREU,2011a, p.5).

De fato, no atual contexto de reestruturação capitalista que intensifica a precarização do trabalho e aprofunda as desigualdades, as medidas de alívio da pobreza com ênfase na transferência de renda, seguindo ditames de organismos financeiros internacionais, apresentam-se, de acordo com Leher (2011)

como a única possibilidade de política social (leia-se, de governabilidade) para a periferia do capitalismo – outrora criticada como uma opção pela barbárie, pois mantêm os seres humanos miseráveis como *sobrantes* que somente não sucumbem biologicamente pela fome pois recebem uma magra bolsa (e sem ela retornariam a fome) –, são tidas como exemplo de governança progressista e opção pelo social, inclusive por muitos que vieram da esquerda.

---

<sup>9</sup> As equipes de referência “são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as requisições que devem ser garantidas aos usuários” (BRASIL, 2006, p.23). Essas equipes são compostas por assistentes sociais, psicólogos e técnicos de nível médio, para os CRAS e CREAS, sendo que para estes a equipe é ampliada com inclusão de advogado, auxiliar administrativo outros profissionais de nível superior.

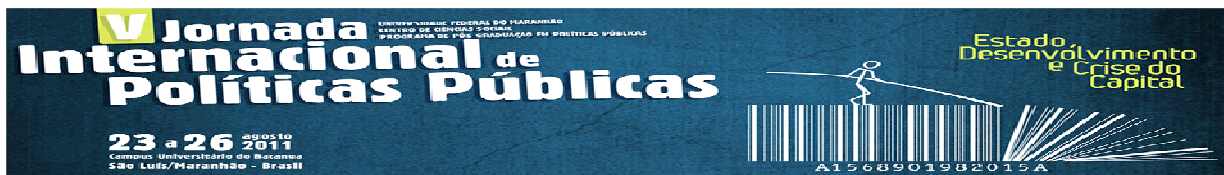


Este quadro se agrava com a crise do movimento operário e sindical, a partir dos anos 1990, no país, que favorece uma onda regressiva conservadora e acentua a luta social para o campo dos direitos; em detrimento da postura combativa, anticapitalista que marcou a década anterior em que a perspectiva de uma nova cultura no movimento de construção de sociedade se colocava como possibilidade concreta. (LOPES, 2009).

Deste modo, concordamos com LOPES (2009,p.10) quando ressalta que a classe trabalhadora vive hoje “uma profunda contradição entre a necessidade histórica de sua organização como classe e a dependência de políticas assistenciais míseras que constituem a base de sustentação do assistencialismo.” O assistencialismo, como prática ineliminável na sociedade capitalista, é a marca do padrão assistencial - criticado por Oliveira (1998) como filantropia estatal -, instaurado no país, segundo o autor, desde o Estado Novo. Esse padrão assistencial agora é revigorado pelo neoliberalismo, a despeito da luta e conquistas dos trabalhadores brasileiros nesse campo, tardiamente inscritas no horizonte do Estado de Bem-Estar. (ABREU,2011b, p.239).

## **2 - A EXPANSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA A PARTIR DO SUAS: indicações sobre a particularidade no Maranhão**

A particularidade da expansão do trabalho do assistente social no Maranhão na área da assistência a partir do SUAS pode ser entendida com base em dois processos articulados. Processos esses determinantes do aprofundamento da questão social neste estado que assim reflete: por um lado, as contradições da reestruturação produtiva do capital nessa unidade da federação, cujo modelo de desenvolvimento econômico, com base na produção industrial minero-metalúrgica e no agronegócio para a exportação, apresenta elevados investimentos públicos e baixíssima absorção da força-de-trabalho originária do mesmo estado, sobretudo, dos segmentos que perderam as suas referências históricas de trabalho, como os trabalhadores rurais que permanecem no campo ou que migram para a cidade. (SANTOS; ABREU, 2009, p. 71). Contrastam assim, a geração da riqueza social pautada na superexploração do trabalho e na desestruturação das bases tradicionais da economia maranhense, e a elevação dos índices de desigualdade e da pobreza que atinge mais da metade de sua população. Por outro lado, a reforma político-



administrativa do Governo do Estado implementada a partir 1996 sob a orientação das diretrizes político-administrativas e econômicas da Reforma do Estado na esfera nacional, sob o ideário e programáticas neoliberais é direcionada para o atendimento das demandas e interesses do mercado, mediante ajustes fiscais que privilegiaram privatizações das empresas estatais no Maranhão assim como, cortes na folha de pagamento do funcionalismo público e a reconfiguração das políticas sociais principalmente aquelas direcionadas para a questão agrária (PEREIRA,2004), mantendo a assistência como centralidade, seguindo as diretrizes nacionais do SUAS inclusive com o fenômeno recente de expansão dos postos de trabalho para o interior do estado.

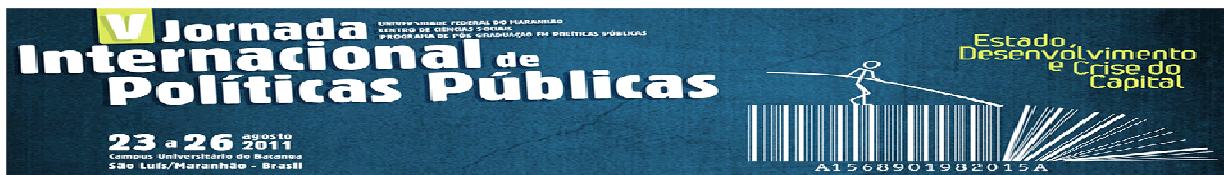
Os dados da implementação do SUAS divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS - (Brasil, 2010), e análises como as de Silva, Yazbek, Degenszjn, Couto (2008), Boschetti e Salvador (2006) e Mota (2008) sobre esse processo no país indicam profundos entraves sócio-institucionais e político-administrativos sem que sejam desconsiderados os avanços tributados ao SUAS, como um amplo sistema de proteção social não contributiva, que reordena e redesenha as ações assistenciais no país introduzindo elementos potencialmente inovadores como os CRAS e CREAS, posto que “situados em territórios vulneráveis, e, muitas vezes, terem uma proposta de trabalho permanente e sistemática” possam captar e “atender diferentes demandas da população...” (SILVA, YAZBECK, DEGENSZJN, COUTO, 2008).

É importante destacar que os investimentos na política de assistência, como analisam Boschetti e Salvador (2006), privilegiam os benefícios de transferência de renda como Benefício de Prestação Continuada -BPC e Bolsa Família, rigorosamente seletivos, e mantém a destinação de baixos recursos para as ações proteção básica e especial. Consideramos que tal orientação traduz

um contra senso em relação ao que seria a superação de velhos padrões assistenciais, e a instituição de uma nova lógica de gestão preconizada pelo SUAS, o que por sua vez, não eliminaria os limites históricos da assistência enquanto mediação que contribui para manter a reprodução do trabalhador fora das relações de trabalho e reforça a dependência material e a submissão político-ideológica em relação à condições de subsistência física<sup>10</sup>, contribuindo para a reprodução de um modo de vida – ou seja,

<sup>10</sup> Os meios de subsistência física do trabalhador correspondem ao sentido mais estrito dos meios de vida (Marx, 1989), os quais são minimizados continuamente na sociedade capitalista pela intensificação dos processos de exploração e alienação do trabalhador e traduzem a contraditoriedade entre a produção de necessidades múltiplas e ricas só alcançadas a partir desse sistema e o crescente empobrecimento do homem. Nesta relação, o ser que trabalha converte-se em ser isento de necessidades, isto é, ocorre a homogeneização e redução das necessidades do trabalhador, que deve privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo.





de “toda a maneira de ser’ de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado”[MÉSZÁROS,2002,p.1008].(ABREU,2011b, p.241)

Nesse novo ordenamento, os CRAS despontam como principal mecanismo na dinâmica desse processo nos municípios, e em menor proporção, estão os CREAS, que demandam, com base na NOB-RH-SUAS/2006, a inserção dos assistentes social em toda a estrutura operacional do SUAS.

Pode-se, então, inferir a tendência do crescimento dessa demanda, ao considerarmos que no país, de acordo com informações atuais do MDS,

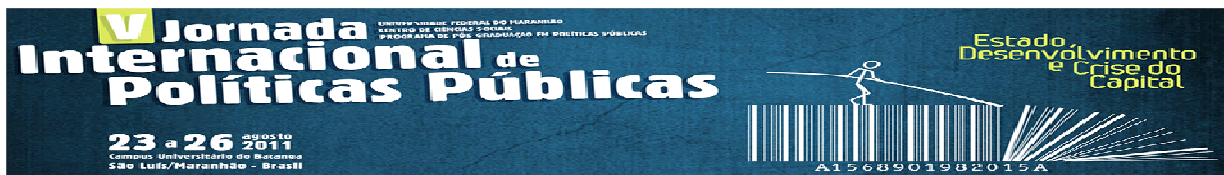
de 2005 a 2010, foram implantados no país 5.105 novos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e 904 novos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Em junho de 2010 já totalizavam 6.010 CRAS cofinanciados pelo governo federal, distribuídos em 4.385 municípios, representando 78,8% dos municípios brasileiros. No mesmo período, 1.979 municípios já possuíam CREAS. (BRASIL, 2010, p.5)

Além disso, o mesmo documento divulga os níveis de habilitação dos municípios, tratados em termos de gestão inicial, gestão básica e gestão plena, e destaca quantitativamente que

dos 5564 municípios brasileiros, em junho de 2010, 5.526 (99,3%) estavam habilitados em algum dos níveis de gestão(...), sendo 12,3% em Gestão Inicial, 80% em gestão Básica e 7% em Gestão Plena. Apenas 38 municípios (0,7%) não estavam habilitados, o que demonstra a ampla adesão dos municípios ao SUAS. (BRASIL, 2010, p.5)

Isto significa o envolvimento efetivo de um grande contingente de assistentes sociais nesse sistema se considerados os critérios de partilha dos recursos que demarcam a distribuição do mínimo e do máximo para cada município de acordo com um padrão que estabelece o porte dos mesmos e o número correspondente de CRAS, assim como a distribuição e predominância dos assistentes sociais na composição de todas as equipes de referência. Sobre o porte dos municípios, define:

Pequeno Porte – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte — mínimo de 2 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte — mínimo de 4 CRAS para até 5.000 famílias referenciada;Metrópolis – mínimo de 8 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas.(BRASIL, 2005,p.136)



A NOB-RH/SUAS estabelece, em relação à participação dos assistentes sociais nas equipes de referência, o quantitativo de um profissional para municípios de Pequeno Porte I, dois profissionais para municípios de Pequeno Porte II e Médio, Grande Metrópole e Distrito Federal.

No Maranhão, dos 217 municípios existentes no estado, 03 municípios encontram-se na situação de gestão inicial, 207 em gestão básica e 07 em gestão plena, resultando em um total de 299 (duzentos e noventa e nove) CRAS em todo o estado, os quais por força da NOB-RH/SUAS, como dito antes, contam com o trabalho do profissional de Serviço Social, no entanto, cabe ponderar que “o número de CRAS não expressa diretamente o número de profissionais inseridos nestes Centros, pois há contratação de mais de um profissional para atuar em um único Centro e também de apenas um profissional para mais de um Centro de Referência.” (GUIMARÃES,2011,p.4).

O município de São Luis, capital do estado é configurado como metrópole e está habilitado em gestão municipal plena,

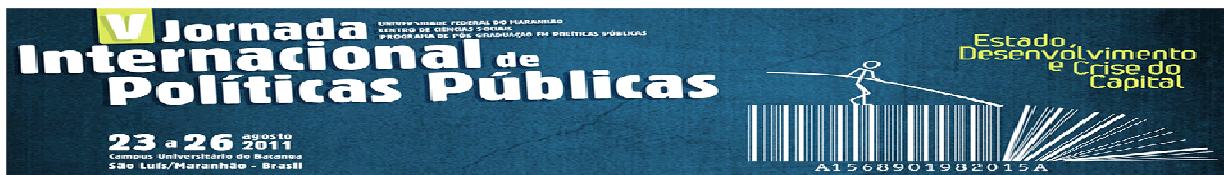
que entre os anos de 2004 e 2010 implantou 20 (vinte) CRAS<sup>11</sup> instalados em imóveis que não são próprios, localizados em áreas consideradas de grande vulnerabilidade social, nos quais temos a atuação de 83 (oitenta e três) assistentes sociais, inseridos na execução e direção desses Centros. Deste número de profissionais, 44 (quarenta e quatro) têm vínculo funcional efetivo, 5 (cinco) na condição de serviços prestados, 16 (dezesesseis) em cargo comissionado e 18 (dezoito) contratados. (GUIMARÃES,2011).

Com a ampliação desses espaços somados a outras instituições públicas e privadas de prestação de assistência social elevam para 235 o número de assistentes sociais nessa área no referido município, que corresponde a 37% do total de assistentes sociais no mercado de trabalho que corresponde a um total de 640 profissionais, em 2008. A concentração de assistentes sociais na área da assistência é menor apenas do que a concentração na área da saúde que conta com 283 assistentes sociais, de acordo com os resultados parciais do Cadastro Censitário das instituições empregadoras de Assistentes Sociais, realizado pelo GSERMS em 2008.

Por sua vez, as condições de trabalho dos Assistentes Sociais no âmbito dos CRAS estão longe do estabelecido pela NOB-RH/SUAS, em relação à gestão do trabalho

<sup>11</sup> Os CRAS estão localizados nos bairros de Vila Palmeira, Centro, Vila Nova, Vila Janaina, São Raimundo, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Itaquí-Bacanga, Coroadinho, Sol e Mar, São Francisco, Anjo da Guarda, Vicente Fialho, Maracanã, Forquilha, Liberdade, Bairro de Fátima, João de Deus, Estiva e Anil.





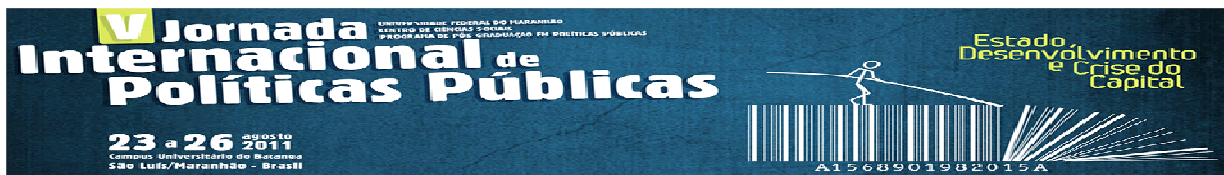
no âmbito do SUAS mediante a contratação e manutenção de “[...] quadro pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais” (BRASIL, 2006, p 12), com a explícita pretensão de “garantir a ‘desprecarização’ dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização”(idem,p.20). Pois a inserção destes profissionais nos Centros de Referência, em grande parte dos municípios no Maranhão

não se efetivou via concurso público, apresentando-se vínculos empregatícios precários, sem carteira assinada, férias e décimo terceiro salário, onde a média salarial é de dois salários mínimos para aqueles que estão diretamente na execução dos serviços, com uma carga-horária de trinta horas semanais. Esse quadro sofre certa alteração em São Luis com a realização de concurso público no ano de 2008, onde são ofertadas 60 (sessenta) vagas para o cargo de assistente social. Contudo, verifica-se a existência de escassos instrumentos de trabalho e espaço físico não condizente com a garantia e reserva de sigilo profissional, bem como a permanência de profissionais com vínculos precários e salários diferenciados. (GUIMARÃES,2011, p 12).

Reiteramos que os avanços empreendidos em termos formais da Política de Assistência Social, no que diz respeito à gestão do trabalho embora no discurso contraditem com as estratégias de flexibilização das relações de trabalhos e de negação dos direitos conquistados pelos trabalhadores estão a elas submetidos e materializam relações trabalho altamente precarizadas que corroboram e adensam a precarização dos atendimentos.

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão do trabalho profissional no assistente social na área da assistência é impulsionada, como dito antes, principalmente pelos avanços legais e reordenamento institucional a partir do SUAS e pela “pressão que advém da necessidade de subsistência física de grande parte cãõ da classe trabalhadora que depende diretamente das ações assistenciais” (ABREU,2011). A construção do trabalho profissional nessa área, em que pesem as conquistas constitucionais de 1988 em que a assistência é inscrita como direito e política não contributiva no âmbito do sistema seguridade social, é tensionada pelas contradições e desafios colocados pelo revigoramento do assistencialismo e da filantropia



como marcas do padrão assistencial predominante no país e pela intensificação das precárias condições de trabalho, que tendem à precarização dos atendimentos.

Assim como a atual política assistencial centrada na pobreza reforça a individualização dos atendimentos e a desmobilização e despolitização dos sujeitos atendidos e responde aos propósitos do capital de dissimular a reprodução do trabalhador como pobre, e mantê-lo junto com sua família em permanente estado de necessidade em relação à sua subsistência.

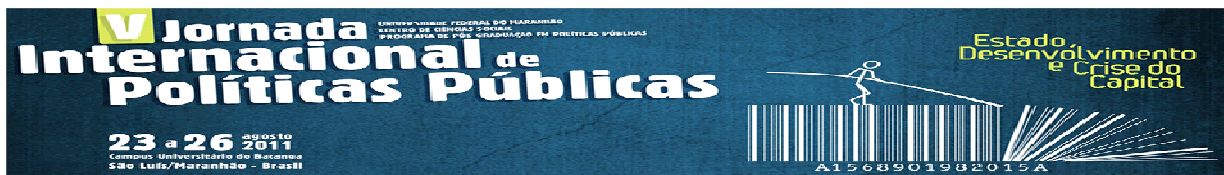
Deste modo, as condições contraditórias do trabalho profissional na área da assistência social ao mesmo tempo em que apontam para retrocessos profissionais em relação às conquistas das três últimas décadas, ensejam a participação dessa categoria na luta social por direito à assistência. Trata-se de uma luta legítima e necessária, todavia cabe ponderar que a mesma situada nos marcos da política distributivista da riqueza social, fruto do padrão de distribuição dos instrumentos e dos indivíduos no processo produtivo -, é portanto limitada em relação às condições estruturais determinantes das desigualdades sociais. Além disso, o superdimensionamento atual da assistência como política tenta suprir como assinala Mota (2008,p.144) “necessidades que seriam do âmbito de outras políticas e constitutivas de uma luta que mobiliza os trabalhadores desde os idos do séc. XIX, o direito ao trabalho.”

Nesse quadro de contradições, um dos desafios postos aos assistentes sociais comprometidos com as lutas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora é confrontar a necessidade de desmistificação da luta pela assistência e fortalecer a luta pelo direito ao trabalho, que em tese é colocado como a alternativa ‘primeira’ de garantia das condições de reprodução do trabalhador, ainda que este direito com assinalou Marx (1989) represente,

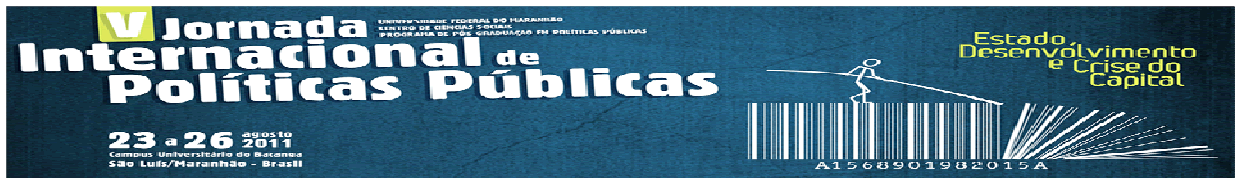
no sentido burguês, um contra senso, um desejo mísero, piedoso, mas por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, e por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, sua subordinação à classe operária, associada, portanto, à superação dialética do trabalho assalariado, do capital e de suas correlações”(MARX,1989,p.260).

## REFERÊNCIAS

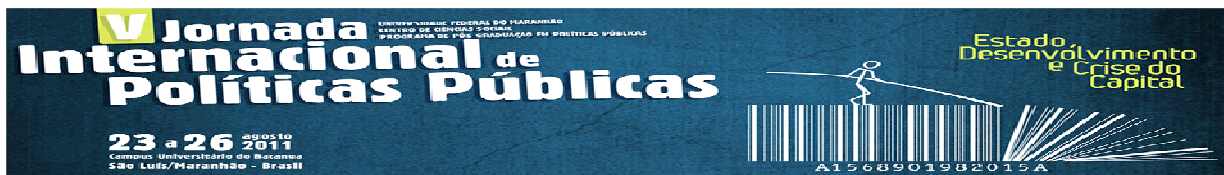
ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.



- ABREU, Marina Maciel Serviço Social, Assistência Social e Lutas Sociais: inflexões na cultura profissional. Trabalho aprovado para apresentação na V Jornada Internacional de Políticas Públicas –V JOINPP. São Luís: UFMA,2011a
- ABREU, Marina Maciel. Assistência social, mobilização e educação popular: questões e desafios para o serviço social. In CFESS (org). **O trabalho dos/as assistentes sociais no SUAS**. Brasília:CFESS,2011
- BOSCHETTI , Ivanete e SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica:perversa alquimia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XXVI, n.87, São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004. Norma Operacional Básica –NOB/SUAS**. Brasília, 2005
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica –NOB-RH/SUAS**, Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB SUAS 2010: Aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais**, Brasília, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Os Cadernos do Cárcere**. Volume 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GSERMS. TENDÊNCIAS DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO MARANHÃO: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo - 1990/2008. **Projeto de Pesquisa**. São Luís:UFMA,2010.
- GUIMARÃES, Lucilene Ferreira Cerqueira. As condições de trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em São Luís-MA. **Projeto de Dissertação de Mestrado**. São Luís:UFMA/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2011.
- LEHER, Roberto. **Educação Popular como Estratégia Política**.<http://www.univos.com/acesso> dia 10/01/2011.



- LUKÁCS, György. **Per l'ontologia dell'essere sociale, II (Il Lavoro e La Riproduzione)**. Roma, Editori Riuniti, 1981.
- MARX, K., ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002
- MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social**. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SANTOS, Elder Carvalho; ABREU, Marina Maciel. INFORMALIDADE DO TRABALHO NO MARANHÃO: bases históricas e expressões atuais. In: **Revista Cadernos de Pesquisa**. v.16. São Luís:UFMA, 2009.
- SILVA, Maria Ozanira Silva; YAZBECK, Maria Carmelita; DEGENSZJN Raquel Raichelis; Berenice COUTO. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: um estudo avaliativo de sua implantação. IN: **Anais do XI ENPESS**. São Luís:ABEPSS,



## ALTERAÇÕES NO TRABALHO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO INDUSTRIAL DE MANAUS.

Heloisa Helena Corrêa da Silva<sup>12</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa o trabalho do Profissional de Serviço Social no espaço urbano industrial da cidade de Manaus, a partir das alterações ocorridas entre 1995 a 2008, enquanto fruto das estratégias de reestruturação produtiva do capital em crise e das reformas neoliberais das políticas sociais a partir da Reforma do Estado brasileiro que incidiu sobre a questão social e alterou o campo interventivo em que se insere o Serviço Social. A pesquisa realizada no Parque Industrial de Manaus apresenta-se como uma relação dialética entre a investigação bibliográfica e empírica e o exercício da reflexão, num processo de inúmeras aproximações em relação ao objeto estudado.

**Palavras-chave:** Trabalho, Região Amazônica, Questão Social, Serviço Social.

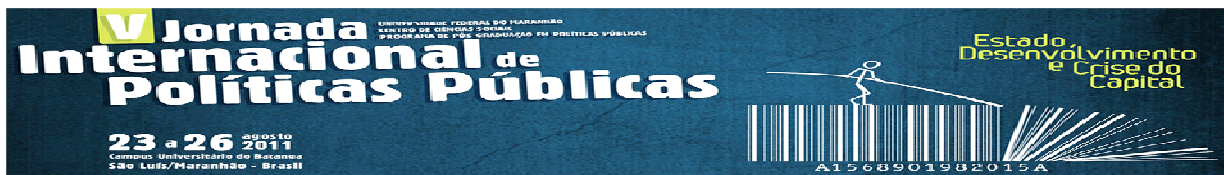
**ABSTRACT:** The article analyzes the work of the Professional of Social Service in the industrial urban space of the city of Manaus, from the occurred alterations between 1995 the 2008, while fruit of the strategies of productive reorganization of the capital in crisis and the neoliberal reforms of the social politics from the Reformation of the Brazilian State that happened on the social matter and modified the intervention field where if it inserts the Social Service. The research carried through in the Industrial Park of Manaus is presented as a relation dialectic between the bibliographical and empirical inquiry and the exercise of the reflection, in a process of innumerable approaches in relation to the studied object.

**Keywords:** Work, Amazon region, Social matter, Social Service.

### 1-INTRODUÇÃO

O desenho conjuntural do primeiro decênio do século XXI, no tocante a retomada da categoria Trabalho no contexto das relações capitalistas contemporâneas contradiz as afirmações daqueles que tentaram retirar de foco esta mesma categoria, a partir das teorias da descentralidade nas quais há afirmações de que a riqueza humana não mais é produzida pela força do trabalho humano.

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Doutora em Serviço Sócia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.. PUC-SP. [hhelena@ufam.edu.br](mailto:hhelena@ufam.edu.br)



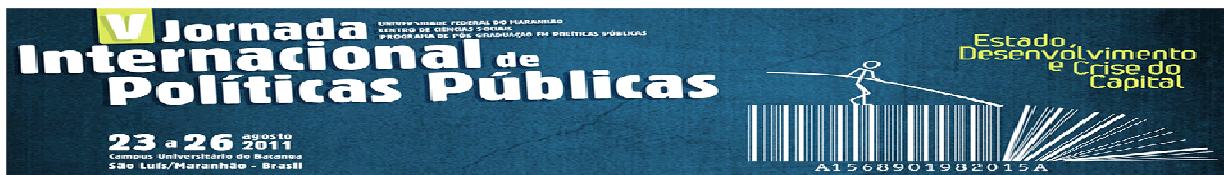
O conjunto dessas discussões sobre a centralidade e descentralidade do trabalho incorreram dentro do Serviço Social, levando vários teóricos e docentes das Universidades a desenvolverem estudos e escreverem sobre a temática, e nas instituições de ensino, constatou-se o desencadear dos processos de reformulação curricular, objetivando o aprimoramento da formação dentro da conjuntura de profundas transformações econômicas, sociais e culturais.

A discussão se a atividade desenvolvida pelos Profissionais de Serviço Social constitui-se em Trabalho ou Práxis; e em sendo Trabalho, se este é produtivo ou improdutivo, bem como a avaliação dos Projetos Pedagógicos durante o período delimitado na pesquisa, não se incluem no objetivo deste artigo, para efeito deste artigo, interessa refletir acerca do trabalho do Profissional de Serviço Social no contexto das relações capitalistas contemporâneas, aprofundando as reflexões iniciadas na JOINPP passada, agregando às mesmas a análise dos dados coletados no transcorrer do ano de 2010.

Em tempo, também se informa que artigo é parte integrante do relatório da pesquisa cuja construção teórica e metodológica foi procedida através da abordagem materialista dialético, que apesar de ter sido desprezada por muitos no último decênio do século passado, principalmente, pelos defensores do fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e pelos especialistas em projetos pedagógicos voltados somente para formar de mão-de-obra para o mercado respalda a análise sobre as alterações provocadas pelo capital no campo interventivo do Serviço Social e as transformações ocorridas no mundo do trabalho em decorrência do neoliberalismo que solicita do profissional de Serviço Social novas respostas à velha questão social..

Para a efetivação deste objetivo recorreu-se ao estudo de caso em suas etapas buscando a indicação às respostas levantadas na problematização da pesquisa de forma reflexiva e crítica. Procedeu-se na I etapa com uma revisão teórica, a partir de uma rigorosa pesquisa bibliográfica em fontes secundárias, e a revisão empírica, o que possibilitou a constatação de que o estudo, em pauta, não se constituía numa duplicação acerca do tema, garantido, portanto, o ineditismo a partir do enfoque utilizado na definição dos contornos do problema que foi analisado, a saber: Incidências do Neoliberalismo no Trabalho dos Assistentes Sociais do Parque Industrial de da Zona Franca de Manaus, no período delimitado entre 1995 a 2008.





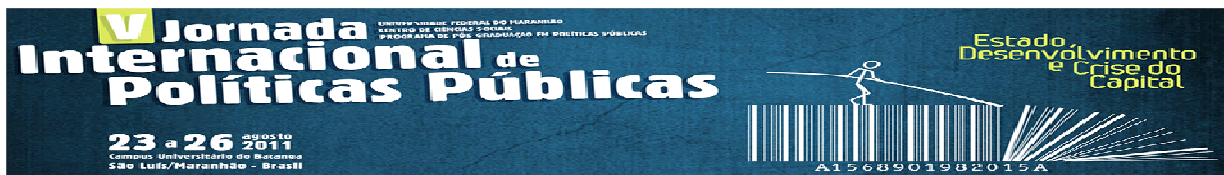
Na II etapa da pesquisa fez-se o uso da entrevista em sua forma estruturada e padronizada – vide anexo II, que foi elaborada, visando o alcance dos objetivos da aludida pesquisa e sua definição deu-se em atenção às amostras intencionais, escolhidas dentro da população universo, no caso pesquisado focou-se dentro do Parque Industrial de Manaus - PIM, as indústrias do pólo de duas rodas por terem destaque no conjunto da produtividade deste Parque e pela estrutura que o Serviço Social tem nessas empresas, remontando os mesmos aos anos de 1970, e com profissionais que se formaram nessa mesma década e que tiveram seus campos de atuação alterados pelas estratégias do capital em crise, atualmente aposentadas desde 2005 e pelas profissionais que se formaram sob a égide do neoliberalismo e que ainda se encontram trabalhando.

Na II etapa que se dá pari-passu a elaboração deste artigo agregou-se aos dados obtidos através das entrevista, as observações realizadas com o uso dos sentidos, sobretudo, o olhar e o ouvir de forma assistemática e as observações na vida real com os registros dos dados à medida da ocorrência dos fatos. Ressaltando a ligação oito anos (1983 a 1991) da pesquisadora com a área estudada e a retomada dessas relações através da Coordenação local da UNITRABALHO, no período de 2003 a 2005, totalizando um período de onze anos de relação com a aludida área.

Registra-se que as observações efetuadas ao longo de duas décadas permite afirmar que os assistentes sociais do PIM estão inseridos e também são responsáveis pelo processo de produtividade do trabalho nas empresas desde a implantação do Serviço Social nesse campo de intervenção que se deu nos idos de 1970.

A partir deste trabalho criaram-se bases para a elaboração do artigo aqui apresentado que tem por título Alterações no Trabalho do Assistente Social no Espaço Urbano Industrial de Manaus, carecendo que se desenvolva o mesmo de forma a responder à demanda da Mesa Coordenada TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIALNA REGIÃO AMAZÔNICA dentro do eixo temático TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, aprovada para a V Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP.

## **2- SOBRE A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E AS ALTERAÇÕES NO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL, A SABER OS ASSISTENTES SOCIAIS DO PARQUE INDUSTRIAL DE MANAUS – PIM NO PERÍODO DE 1995 A 2008.**



As transformações ocorridas nos espaços amazônicos a partir da expansão do capitalismo não são recentes e ganham visibilidade com a passagem do capitalismo oligárquico com bases extrativistas para o capitalismo urbano industrial em 1967, com a implantação e ao longo de um decênio a implementação do projeto Zona Franca de Manaus.

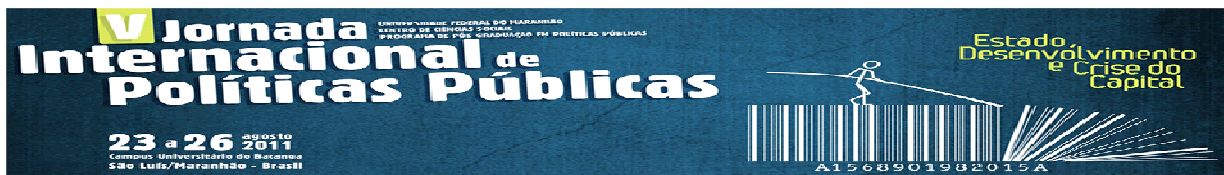
Enquanto capital do maior estado da federação brasileira, com uma área de 14.337 Km<sup>2</sup> e uma população dois milhões de habitantes entre a área urbana e rural, a cidade de Manaus é exemplar do desenvolvimento de caráter modernizador implantado na região amazônica por diferentes agentes, pertencentes tanto ao poder estatal, que asseguraram o apoio político quanto aos donos e empregados de confiança do capital internacional e nacional. A cidade sofreu as metamorfoses impostas pelo capital que se expressam no surgimento de favelas, expansão da periferia e na deformação do seu formato arquitetônico<sup>13</sup>.

Apesar da pobreza em Manaus<sup>14</sup> não ser exclusiva do período da Zona Franca<sup>15</sup>, esse fenômeno aumentou e ganhou visibilidade, revelando-se de forma multifacetada, enquanto parte relação da capital/trabalho que empurrou para dentro desse movimento, vários setores da sociedade manauara, que passaram a se organizar e reivindicar os seus direitos. e respostas qualificadas por parte do Estado no trato da questão posta.

A análise dos dados apontou para o fenômeno ocorrido no mundo do trabalho que foi redimensionado quando as estratégias de reestruturação produtiva do capital em crise foram intensificadas e as reformas neoliberais das políticas sociais a partir da Reforma do Estado brasileiro. E constatou-se que as transformações ocorridas em nível macro incidiram no serviço social, sendo exemplares as reformulações curriculares e o dinamismo dos projetos da profissão, revelando de um lado a tendência de identificação

<sup>13</sup> Ver CORRÊA DA SILVA, Heloisa Helena –Incidências do Neoliberalismo no Trabalho dos Assistentes Sociais no Parque Industrial da Zona Franca de Manaus. Revista de Políticas Públicas – Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as Políticas Públicas IV Jornada Internacional de Políticas Públicas – IV JOINPP, realizada eno período de 25 a 28 de agosto de 2009 em São Luiz –Maranhão – Brasil.

<sup>15</sup> Criada em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto Lei no 288/67, é concebida como uma área de livre comércio de importações e exportações e de incentivos fiscais especiais. Apresenta-se no âmbito da produção como uma das formas de reestruturação produtiva e sua primeira fase que corresponde à adoção dos Centros de Controle de Qualidades – CCQ e Comissões de Fábricas, será também após dez anos a primeira fase da reestruturação produtiva no eixo industrial brasileiro, em especial no ABC paulista.



destes com projetos societários, e do outro a relação da formação profissional com o mercado<sup>16</sup>.

No tocante a formação profissional a análise dos dados obtidos em material secundário e os dados obtidos a partir das entrevistas possibilitam inferir que decorridos aproximadamente trinta anos da implantação do Projeto de Formação orientado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, à época - ABEPSS (1984 – 2011) e ocorridas inúmeras reformulações, pouco são os alcances às novas dimensões do trabalho do profissional de Serviço Social no PIM, este recorre continuamente às capacitações internas da empresa, buscando a sua melhor inserção no mercado de trabalho.

No caso de profissionais que trabalharam entre os anos de 1970 até 2005, destaca-se que o Projeto Político e principalmente o Ético Profissional nortearam suas atividades, conforme registra a entrevista<sup>17</sup>:

Inicialmente, podemos dizer que na grade curricular da Universidade, no início de minhas atividades (1970) não existia a disciplina Serviço Social de Empresa. Portanto, tudo que realizamos foi baseado em programas institucionais, como os programas do Serviço Social da Indústria, INSS e até mesmo do HUGV, locais que a princípio desenvolvemos atividades profissionais e no caso do SESI, serviu como referência para as ações propostas...

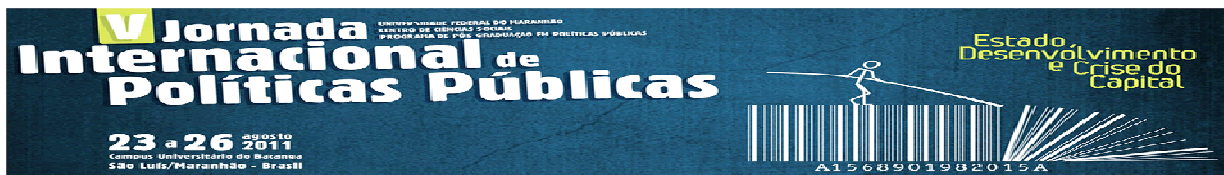
Não obstante, não se analisa o trabalho profissional do assistente social sem o reconhecimento de que o movimento que marca a formação do profissional de serviço social é passível de dois eixos de interpretações: o primeiro é aquele que rompe com a estrutura de pensamento vigente, tendo como perspectiva viabilizar um projeto político-pedagógico capaz de possibilitar a formação profissional para a transformação da sociedade, e no qual, muitos profissionais de Manaus uniram-se às colegas do Brasil, com inserção ativa na Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS e localmente no Sindicato dos Assistentes Sociais - SASEAM.

E o segundo é que a proposta de mudança curricular consistiu num movimento contra o conservadorismo ou tradicionalismo dominante no âmbito da profissão, tal

---

<sup>16</sup> Sobre esse assunto sugere-se a leitura dos documentos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e do Conselho Federal de Serviço Social, sobre o Ensino à Distância e da Comercialização da Educação. [www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br) e [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)

<sup>17</sup> Informa-se que até os anos de 1990, o único curso de Serviço Social era da Universidade do Amazonas (UA). Atual Universidade Federal do Amazonas – UFAM.



afirmação carece de pesquisas históricas que revelem a *memória* da profissão, em Manaus.

No que tange ao campo interventivo do Serviço Social nas empresas as entrevistas revelaram que este se circunscrevia em atividades descritas pelas mesmas como de interesse do empregador e do empregado no campo das relações entre o capital X trabalho. Vide a continuação da resposta de uma entrevistada

A partir das informações obtidas nas instituições que citamos implantamos o Plano de benefícios sociais, dotando aos empregados meios de complementação de renda, a exemplo, o plano de assistência médica, cujo subsídio que lhes era cobrado, era ínfimo ao valor pago pelo empregador. O Plano de Benefício proporciona convênios com: Farmácia, Unimed, Laboratórios de Análise Clínicos, Ótica, Supermercado, Livrarias, Vendas de Produtos, etc.

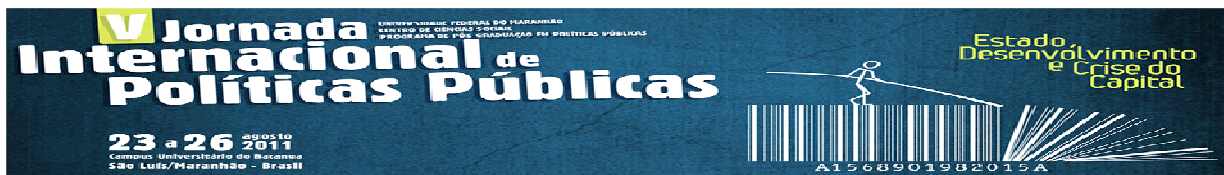
Ficou evidenciado que o estabelecimento da relação do profissional de Serviço Social com os usuários dos seus serviços, tendo por base os valores que legitimam socialmente o trabalho do profissional de Serviço Social nesse espaço interventivo, E ainda, no depoimento a seguir, diz a entrevistada:

No entanto, dentro desse plano de benefícios sociais, teve um que embora soubéssemos que ser um direito da mulher trabalhadora, foi o mais difícil de conseguir aprovação da direção da empresa, visto ser constituído o seu quadro funcional, de 90% de trabalhador masculino, que é a CRECHE, para atender filhos de trabalhadores na indústria . Para mim, foi marcante, primeiro, ser uma conquista do trabalhador masculino acompanhar seus filhos à Creche, ser liberado mais cedo para apanhá-los ter condução própria para deixá-lo na Creche, a criança ao chegar na empresa e retornar da creche ter um lanche diferenciado, assento nos ônibus no retorno as suas residências. Poder reunir os participantes do Programa Creche, em horário de expediente (produção) com objetivo de conscientizá-lo de seus direitos sociais, enquanto cidadãos. Posteriormente esse Programa da Creche, fez parte da Convenção Coletiva dos Metalúrgicos, isto é A Creche poderia ser utilizado pelos Trabalhadores Masculinos. Desse modo procuramos sempre aperfeiçoar nossa forma de intervenção no atendimento das novas exigências da sociedade.

O que leva a afirmar que o Profissional de Serviço Social na relação com o usuário agiu de acordo com os objetivos e funções postos no Código de Ética e que também participa no processo de produtividade do trabalho. Quanto a essa produtividade, a mesma pode ser relacionada a menor e/ou maior absorção desse profissional nas empresas, dependendo do nível de crise cíclica manifestada pelo capital.

Sobre a produtividade nas empresas do PIM, também com foco no pólo de duas rodas Vieira Sá enfatiza que:

As oscilações da produtividade do trabalho terminam por captar não apenas incremento da produtividade do trabalho, mas também a ampliação no uso de base



instalada até então ociosa. Isto é um efeito das sucessivas reestruturações produtivas dentro do modelo zona franca que conforme informado em nota deste trabalho traz em si a reestruturação produtiva e apresenta sucessivamente de forma acelerada outras transformações dentro do seu modelo inicial. (2006)

O trabalho do assistente social não fica imune. Tanto as observações, a pesquisa documental e as entrevistas revelaram que nesse mesmo período a ocorrência de demissões e o retraimento na contratação de novos profissionais por empresas do PIM, ato típico por parte das empresas que solicitavam deste profissional que dentro da divisão sócio técnica do trabalho pertencem como chamou Marx de falsos custos, um papel mais participativo no âmbito da produtividade do trabalho, evidenciando que esses profissionais são absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema capitalista<sup>18</sup>. Desde que desempenhe o papel atribuído pelo capital.

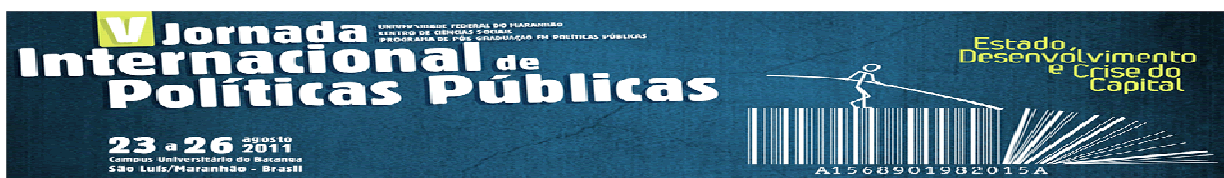
Todos esses elementos compõem o quadro das chamadas transformações contemporâneas que incidiram no trabalho profissional de Serviço Social do PIM. Constatou-se que passado todo esse movimento conjuntural houve avanços na superação de modelos tradicionais de prática pedagógica dentro do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, avanços que se mostraram em descompasso com o retraimento ocorrido nas relações sociais de produção do então denominado Parque Industrial de Manaus - PIM.<sup>19</sup>, mas como um reflexo da intensificação da globalização<sup>20</sup> os demais fatores citados anteriormente foram justificados pela teoria que se convencionou chamar de neoliberalismo e cristalizadas no Consenso de Washington que se põe como um elemento de destaque nas diferentes estratégias criadas pelo capital para responder às manifestações da questão social e enfrentamento da pobreza estrutural presente na sociedade brasileira.

<sup>18</sup> Sobre a assunto Ver: Os novos proletários na virada do século – Revista Lutas Sociais 06 do Programa de Estudos Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP Antunes, Ricardo C – Os sentidos do Trabalho. Boitempo. São Paulo. 1999

<sup>19</sup> Como forma de diminuir o estigma sobre o nome zona franca mudou-se sua denominação para Parque Industrial de Manaus – PIM termo que será usado alternadamente com zona franca.

<sup>20</sup> Sobre o assunto Ver IANNI, Octávio – A sociedade global. Civilização Brasileira. 1993 e SALAMA, Pierre Globalização, desigualdades territoriais e salariais In Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina. Boitempo. São Paulo. 1999/2002





Essas estratégias atravessam os anos de 1990 e se fortalecem nos primeiro decênio do século XXI, juntamente às mudanças propostas pelo Banco Mundial através do Consenso de Washigton<sup>21</sup> no que se refere às políticas universais, apresentados por SALAMA (2010)<sup>22</sup>. Em que a superação da pobreza indica a determinação de posicionamentos e estratégias por parte do Estado, defendendo prioritariamente a redução das desigualdades sociais, tendo o combate à fome como instrumento. Para tal, é necessária a construção de uma proposta de Estado cidadão e de sociedade ou economia solidária articulados com o mercado.

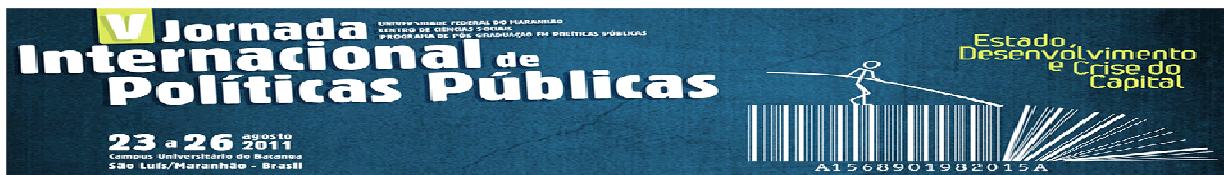
Existem no Brasil dois principais instrumentos de redistribuição dos rendimentos em proveito dos pobres. Um é a Bolsa família (“Bolsa familia”), o segundo instrumento refere-se a pessoas deficientes e idosas. Pode-se acrescentar a estes dois programas orientados, o pagamento de um salário mínimo aos camponeses idosos e pobres. O Programa Bolsa Família adquiriu uma notoriedade internacional, registra SALAMA (2010), consegue abarcar cerca de doze milhões de lares, ou seja, perto de uma pessoa sobre quatro. Ao chegar no poder, em 2003, governo de Lula estendeu a aplicação e simplificou os procedimentos. São beneficiárias, as famílias cujo rendimento per capita é inferior a R\$ 60,00 por mês (cerca de trinta dólares). Essas pessoas recebem R\$ 60,00 acrescidos por mais R\$ 18,00 por criança com menos de quinze anos (15 ) para as três primeiras crianças.

As famílias que ganham entre R 61,00 e R\$120,00 per capita não recebem subsídios, mesmo se têm crianças. No total, as despesas comprometidas no título da Bolsa família não excedem 0,4% do PIB em 2008, ou seja, doze à quinze vezes menos que as somas consagradas ao serviço da dívida interna. O outro mecanismo de redistribuição, destacado pelo autor é o Benefício de Prestação Continuada – BPC que embora menos conhecido internacionalmente, é muito utilizado no Brasil e pelas populações tradicionais. Esse programa atende pessoas deficientes e idosas com mais de sessenta e cinco anos (65) cujo rendimento é inferior a um quarto do salário mínimo e assegura-lhes uma reforma igual a um salário mínimo no valor de R\$ 465,00 desde

<sup>21</sup> <sup>21</sup> Ver artigo do autor – Brésil, bilan économique: succès et limites - [http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/bresil\\_bilan\\_economique\\_succes\\_et\\_limites@fr.pdf](http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/bresil_bilan_economique_succes_et_limites@fr.pdf). Utilizado aqui por tradução

<sup>22</sup> Ver artigo do autor – Brésil, bilan économique: succès et limites - [http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/bresil\\_bilan\\_economique\\_succes\\_et\\_limites@fr.pdf](http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/bresil_bilan_economique_succes_et_limites@fr.pdf). Utilizado aqui por tradução livre.





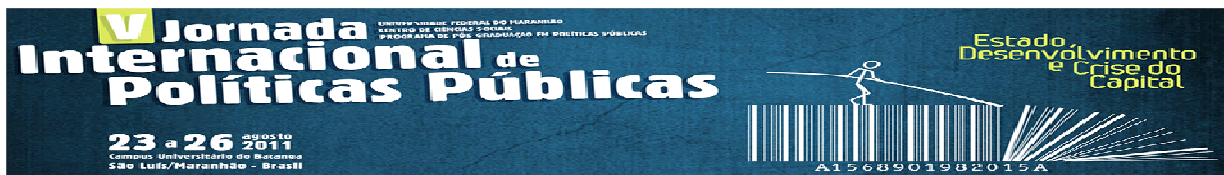
01/02/2009, sendo superior ao valor pago aos usuários do programa Bolsa Família e ao contrário deste Programa o BPC é resguardado pela Constituição Federal regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Neste sentido, este autor defende que a garantia dos direitos universais, pressupõe a articulação com a participação social e política da população e dos grupos mobilizados, conjuntamente com o Estado, para efetivar a ruptura com o poder hegemônico para a concretização da emancipação social, conforme a defesa do paradigma emancipatório/cidadão/democrático.

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se complementar tal reflexão com duas observações feitas por Netto (2001): a primeira se refere à perspectiva histórico-concreta de construir uma ordem social que extrapole os limites do comando do capital, ou seja, não há garantias prévias da derrota da barbárie, permanecendo o futuro aberto; e a segunda diz respeito especificamente ao Serviço Social, que tem em sua razão a questão social, até sua resolução existe um longo caminho para a profissão, além de estar longe o seu esgotamento.

A questão social, bem como para as alterações ocorridas no trabalho do profissional de Serviço Social no campo de atuação objeto de análise revelaram que embora esses profissionais ainda sejam considerados improdutivos dentro do sistema produtivo capitalista, eles estão mais orgânicos em relação ao mundo do trabalhador produtivo, o que pode ser um viés da caminhada histórica da categoria, numa manifestação local, no que tange a capacidade ético-política e teórico-metodológica desses profissionais em participar de forma crítica e consciente dos processos coletivos de construção de estratégias de enfrentamento da questão social, contribuindo para a demarcação/reafirmção/criação/recriação dos espaços sócio-ocupacionais da prática e



formação da cultura e identidade profissional como processos históricos; colocando demandas e desafios para a formação profissional<sup>23</sup>.

Sim, o assistente social aqui na empresa, pertence ao staff, visto ser profissional, nível de chefia, assumindo um papel mais direto e explícito na divisão social do trabalho. O assistente social de empresa tem um papel fundamental na empresa, tendo sido requisitado pelo capital, exerce ações dicotômicas, ora trabalhador, ora empregador, embora reconheça que seus serviços não poderão deixar de contribuir para o aumento da produtividade.

Essa complexificação que é fruto das transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da metade dos anos 90 do século passado reflete-se na abrangência do campo interventivo do Serviço Social, enquanto fruto das estratégias do capital no tocante a reestruturação produtiva, na qual o profissional de Serviço Social no campo interventivo da empresa passou a abranger.

Essa relação é revelada nas atividades que dão concretude às transformações ocorridas no trabalho, a partir da metade dos anos 90 do século XX, e que se prolonga até a crise atual. E, como o trabalho do conjunto dos trabalhadores que tiveram seus postos de trabalho reduzidos sem causar danos nos lucros da empresa, observou-se a redução no número de profissionais no espaço industrial. .

## REFERÊNCIAS

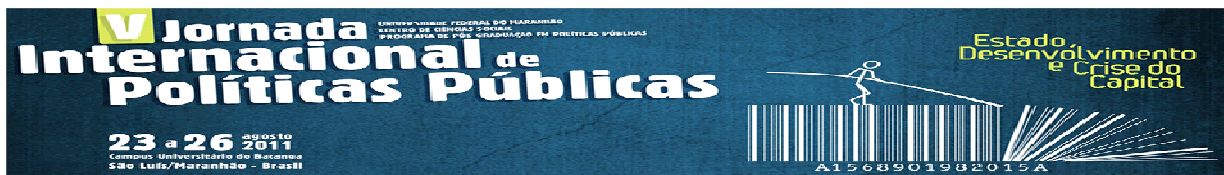
ANTUNES, Ricardo C - Os novos proletários na virada do século – **Revista Lutas Sociais** 06 do Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. 1999.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Trabalho**. Boitempo. São Paulo. 1999

CARDOSO, Fernando Henrique et MULLER, G – **Amazônia: expansão do capitalismo** 2ª edição. Brasiliense. São Paulo. 1978

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, Luis Eduardo et al. **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: Cortez/ Educ, 1997.

<sup>23</sup> Ementa da Mesa Coordenada ora apresentada – V JOINPP 2011



**CORRÊA DA SILVA**, Heloísa Helena – Manaus: Espaço da beleza arquitetônica e dos Movimentos Sociais IN Edição Especial dos 100 anos do **Jornal do Comércio**. Manaus. Outubro de 2004

**COSTA**, Simone Eneida (Baçal) de Oliveira – **A prática profissional do Assistente Social em Manaus**. Edua. Manaus. 1999

\_\_\_\_\_ Conhecimento e Prática profissional: limites e perspectivas do fazer do assistente social em Manaus – **Tese de Doutorado**. PUC-SP. São Paulo. 2002

**IAMAMOTO**, Marilda – **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Cortez. São Paulo. 2007

**IANNI**, Octávio – **A sociedade global**. Civilização Brasileira. 1993

**IBGE**. **Contas regionais do Brasil – 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. (Contas Nacionais nº 17).

**NETTO**, José Paulo Netto IN **Módulo I da Capacitação em Serviço Social e Política Social**, CEFSS, ABEPSS, CEAD, UnB. Brasília. 1999

**SALAMA**, Pierre **Globalização, desigualdades territoriais e salariais In Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina**. Boitempo. São Paulo. 1999/2002

**SALAMA**, Pierre - BRASIL, BALANÇO ECONÓMICO, SUCESSOS E LIMITES . - [http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/bresil\\_bilan\\_economique\\_succes\\_et\\_limites@fr.pdf](http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/bresil_bilan_economique_succes_et_limites@fr.pdf). Utilizado aqui por tradução livre – Heloisa Helena Corrêa da Silva. Setembro/2010.

**SILVA**, Márcia Peráles Mendes Silva Da formação acadêmica ao exercício profissional: A construção discursiva do Assistente Social. **Dissertação de Mestrado**. PUC-SP. São Paulo. 1995

**SILVA**, Renilson. Rodrigues da O Pólo Industrial de Manaus como modelo de desenvolvimento econômico avaliado sob o enfoque da lei de Kaldor-Verdoorn. BELÉM: UFPA/NAEA, 2006. 123p. (**Dissertação – Mestrado** Planejamento do Desenvolvimento).

**VALLINA**, Kátia de Araújo Lima et alli. **O Assistente Social e as Mudanças no Mundo do Trabalho**. Edua. Valer. CNP. Manaus. Edua. 2004

**VIEIRA SÁ**, – Mauro Thury – **O Desempenho da Indústria de Transformação Amazonense: A Produtividade do Trabalho sob a Influência do Pólo Industrial de Manaus**. UNICAMP. São Paulo. 2006